



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA- LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ROSA NAZARÉ LOBATO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CREPURIZÃO,
MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA: Relatos e vivências de profissionais e
comunitários.**

Itaituba – PA
2021

ROSA NAZARÉ LOBATO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CREPURIZÃO,
MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA: Relatos e vivências de profissionais e
comunitários.**

Monografia de Graduação, apresentada à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia. Orientador:
Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Itaituba – PA

2021

ROSA NAZARÉ LOBATO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CREPURIZÃO,
MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA: Relatos e vivências de profissionais e
comunitários.**

Monografia de Graduação, apresentada à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia. Orientador:
Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Lúcia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 13 de Agosto de 2021

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, por ter me concedido saúde e forças nos momentos difíceis, e a minha família que sempre me deu apoio e me incentivou.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me conceder a vida, saúde, e por ter iluminado o meu caminho, mesmo não sendo fácil sempre me guiou e me cobriu de bênçãos, me dando a oportunidade para que eu chegasse à conclusão desse curso. Ele sempre está comigo a cada caminhada da minha vida, portanto lhe sou grata por sempre está ao meu lado em todos os momentos.

A professora Elines dos Santos Batista, que quando troquei de curso ela sempre esteve me apoiando e me dando forças, acreditou que eu era capaz de adaptar as disciplinas e conseguir concluir o curso. Ela sempre estava disposta a me ajudar quando necessário.

A todo o corpo docente da Faculdade, que sempre me tratou muito bem todas as vezes que precisei de atendimento referente ao curso.

Ao meu orientador Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva, pela orientação que me deu todas as vezes que lhe solicitei ajuda referente ao trabalho de conclusão de curso.

A minha família, que sempre me apoiou todas as vezes que precisei me ausentar de casa para estudar, foram compreensivos e sempre me incentivaram através de oração e palavras de conquistas, para que eu não desistisse de meu objetivo.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram e fizeram parte da minha formação durante esses anos na faculdade.

“Possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?”

(SAVIANI, 2001, p.30)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi verificar a história da educação no Distrito de Cripurizão, para que venha entender as mudanças no contexto histórico de acordo com os tempos passados e atuais. O presente trabalho demonstra que a educação brasileira, sempre foi algo desafiador para os educadores que buscam desenvolver um trabalho satisfatório voltado a um ensino de qualidade. A metodologia utilizada na pesquisa foi através de levantamento bibliográfico, de artigos, livros, revistas e uma pesquisa de campo para fazer levantamentos históricos sobre o tema. A abordagem, portanto, é um estudo qualitativo que compreende os fatos ocorridos durante os períodos de transformações da educação brasileira nas décadas anteriores, e com isso os desafios enfrentados pelos pedagogos no processo ensino-aprendizagem mediante essas reformas. Os resultados obtidos revelaram que a educação no Distrito de Cripurizão, tem enfrentados vários desafios durante sua trajetória, principalmente pela distância, da sede na cidade. Percebe-se que mesmo com dificuldades a educação na comunidade tem se desenvolvido de forma satisfatória. As análises dos resultados obtidos permitiram concluir que, o relevante estudo teve como objetivo mostrar que apesar dos desafios, os educadores e a comunidade persistiram na evolução da educação, oferecendo um ensino de qualidade para os alunos daquele distrito.

Palavras-chave: Educação, História, Ensino.

ABSTRACT

The objective of this research was to verify the history of education in the District of Cripurizão, in order to understand the changes in the historical context according to past and present times. The present work demonstrates that Brazilian education has always been something challenging for educators who seek to develop a satisfactory job aimed at quality education. The methodology used in the research was through bibliographic survey, articles, books, magazines and a field research to make historical surveys on the subject. The approach, therefore, is a qualitative study that understands the facts that took place during periods of transformations in Brazilian education in previous decades, and thus the challenges faced by pedagogues in the teaching-learning process through these reforms. The results obtained revealed that education in the District of Cripurizão has faced several challenges during its trajectory, mainly due to the distance, from its headquarters in the city. It is noticed that even with difficulties, education in the community has developed satisfactorily. The analysis of the results obtained allowed us to conclude that the relevant study aimed to show that despite the challenges, educators and the community persisted in the evolution of education, offering quality education to students in that district.

Keywords: Education, History, Teaching.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01:	Número de estabelecimentos escolares em atividades, no Município de Itaituba nos anos de 1989/1995.....	48
TABELA 02:	Matrículas iniciais por graus de ensino e localização- Município de Itaituba 1989/1995.....	49
TABELA 03:	Matrícula inicial por nível de ensino-Município de Itaituba 1995.....	49
TABELA 04:	Resultado dos Anos Iniciais 2013 a 2017.	53
TABELA 05:	Resultado dos Anos Iniciais 2017 a 2020.....	53
TABELA 06:	Resultado dos Anos Finais 2013 a 2016.....	53
TABELA 07:	Resultado dos Anos Finais 2017 a 2020.	53
TABELA 08:	Tabela 08: Resultado da EJA 2013 a 2016.	54
TABELA 09:	Resultado da EJA 2017 a 2020.	54
TABELA 10:	Quadro de demonstrativo do número de escolas da rede municipal de ensino/2019.....	54
TABELA 11:	Censo Escolar 2012 a 2019.	55
TABELA 12:	Censo Escolar Zona Rural-2012 a 2019.	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Perfil dos entrevistados.	60
QUADRO 02:	Há quanto tempo você mora no Distrito de Cripurizão?.....	60
QUADRO 03:	Quais os pioneiros da educação no Distrito de Cripurizão?.....	61
QUADRO 04:	Comente sobre a primeira escola construída no Distrito de Cripurizão?.....	62
QUADRO 05:	Destaque as principais mudanças ocorridas na primeira escola construída no Distrito de Cripurizão?.....	62
QUADRO 6:	Que mudanças ocorreram na educação no Distrito de Cripurizão desde a fundação da primeira escola?.....	63
QUADRO 7:	De que forma a SEMED contribui para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão, tendo em visto a distância e o difícil acesso à sede do município?.....	64
QUADRO 8:	De que forma a comunidade coopera para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão?.....	65
QUADRO 9:	Comente sobre a formação dos primeiros professores a lecionarem no Distrito de Cripurizão?.....	66
QUADRO 10:	Quais os projetos que a escola desenvolve no Distrito de Cripurizão que mais chamam a atenção da comunidade?.....	66
QUADRO 11:	A educação no Distrito de Cripurizão tem se desenvolvido de forma satisfatória? Comente?.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ABORDAGEM TEÓRICA E HISTORICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL..	13
1.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL.....	13
1.2 A EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL.....	16
1.3 A EDUCAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO.....	19
1.4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS GOVERNOS MILITARES.....	22
1.5 A EDUCAÇÃO E A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.....	25
2 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.....	28
2.1 PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	28
2.2 A EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	32
2.3 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.....	40
2.4 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA.....	46
3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CREPURIZÃO, MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA: RELATOS E VIVÊNCIAS DE PROFISSIONAIS E COMUNITÁRIOS.....	58
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.....	58
3.2 METODOLOGIA.....	59
3.3 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA.....	60
CONCLUSÃO.....	69
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	70
APÊNDICES.....	74

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão tem como objetivo abordar a história da educação do Distrito de Cripurizão, identificando seus principais desafios enfrentados durante sua trajetória. A educação no Distrito de Cripurizão, enfrentou muitas dificuldades, por ser uma localidade distante da sede, e com difícil acesso por causa das estradas ruins, principalmente nos períodos de chuvas, não tinha uma escola com estrutura e adequada para o ensino dos alunos.

Diante desse contexto, a prefeitura municipal e secretaria municipal de educação de Itaituba se entravam impossibilitadas em ajudar, pois os desafios eram grandes até chegar a comunidade, mesmo assim ajudavam com merenda escolar, livros e materiais permanentes.

A escola sempre contou com a ajuda da comunidade para o desenvolvimento da educação, pois apesar dos desafios os educadores sempre procuraram fazer um bom trabalho, voltado a um ensino satisfatório na região.

O presente estudo teve como método usado o processo de investigação que possibilitou o desenvolvimento e a construção desse trabalho. Pois, ocorreu por meio de uma abordagem de análise qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo em que se entrevistou quatro professores de uma escola pública do município de Itaituba, Distrito de Cripurizão e três comunitários.

Para a construção desta pesquisa, utilizou o seguinte questionamento: Quais os pioneiros da educação do Distrito de Cripurizão? Em que ano foi construída a primeira escola do Distrito de Cripurizão? Que mudanças tiveram na educação do Distrito de Cripurizão desde o início de sua fundação em 1989 aos dias atuais?

Esta monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro fala-se sobre a abordagem teórica e histórica da educação no Brasil. O segundo descreve a educação paraense e itaitubense. No terceiro capítulo, retrata-se a história da educação do Distrito de Cripurizão, município de Itaituba, relatos e vivências de profissionais e comunitários.

A relevância desse estudo é apresentar o desenvolvimento da educação brasileira, mediante os desafios encontrados durante sua trajetória, voltada às práticas pedagógicas dos professores da rede pública.

1 ABORDAGEM TEÓRICA E HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL

A educação no Brasil é apresentada em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, mas que, evidentemente, não difere o modelo de a educação destinada às classes populares: uma educação elitista, reacionária, não raro às vezes, em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora e realmente de qualidade. Os missionários da Ordem fundada por Inácio de Loyola que atuavam na conversão dos povos nativos da América eram herdeiros da escolástica tardia, que predominava na região da Península Ibérica no início da Idade Moderna e acabou sendo refletida na cultura brasileira. Os jesuítas não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia para o Brasil: trouxeram também os métodos pedagógicos.

Podemos dizer que os jesuítas chegam ao Brasil em meados do século XVI para realizar a premissa medieval do primado da fé defendida pela Igreja e pela Coroa portuguesa, a qual sobrepõe os interesses políticos-religiosos aos interesses econômicos do lucro. Portanto, a missão dos jesuítas na vinda ao Brasil era de catequizar e converter os índios a fé católica e também de transmitir o idioma e os costumes europeus a esse povo, porém, então perceberam que para isso seria mais fácil ensinando-os a ler e escrever por meios de orações e catecismo, no intuito de facilitar a comunicação com os indígenas, dessa forma facilitariam também o domínio dos portugueses na conquista da nova terra. (SEVERINO, 1986, p.65-69)

Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”, iniciando-se seus processos de criação de escolas, que mais tarde se tornaram escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados por todo Brasil até o ano de 1759, período em que os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal. Uma ordem religiosa se carregava pela Coroa e pelo Papado de fazer o trabalho de catequese nas novas terras “descobertas”, era a ponte entre os cristãos do mundo civilizado e a “salvação dos nativos”. (STEPHNOU e CAMARA BASTOS, 2004, p.93-107)

Era difícil a empreitada de instalar um sistema de educação em terra estranha e de povo tribal. De um lado, os indígenas de língua e costumes desconhecidos e,

do outro, os colonizadores portugueses, que para cá vieram sem suas mulheres e famílias, muito rudes e aventureiros, com hábitos criticados pelos religiosos.

Na verdade, a Companhia de Jesus estava a serviço da fé e do Império. Além de catequizar os indígenas, preparar os filhos dos colonos brancos que completariam os estudos no Velho Continente, os jesuítas tinham a incumbência de aumentar o contingente de sacerdotes da ordem.

A leitura, a escrita e o cálculo estavam nos programas de catequese. Era uma maneira de “racionalizar” o gentio como força de trabalho e ao mesmo tempo poder compreender os catecismos, cantos e demais textos sagrados. Foram criados os seminários que, também, assumiram a educação da elite branca latifundiária e dos funcionários do governo.

A cosmovisão católica serviu de ideologia adequada para a promoção e a defesa dos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo que fundamentava a legitimação, junto às camadas dominantes, dessa situação econômica-social. (SEVERINO, 1986, p.65)

O *Ratio Studiorum* (plano ou programa de estudos) imperou no ensino colonial por vários séculos e a redizima (10% dos impostos arrecadados pela Coroa) era recolhida aos cofres da Companhia de Jesus, cobrada durante o período colonial.

Segundo Pilette (1991, p. 34), “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. Ribeiro (1986, p. 29) elucida que “o plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciaram. Os instruídos eram descendentes dos colonizadores. Aos indígenas foram apenas catequisados”. Nesse sentido, não só o índio como todos aqueles que não faziam parte dos altos extratos da sociedade (pequena nobreza e seus descendentes) estavam excluídos da educação.

Um colégio jesuíta modelar abrangia aulas de gramática latina, humanidades, retórica e filosofia, em uma graduação de estudos que, se cumpria integralmente, depois de oito ou nove anos de frequência, levaria à formação do letrado.

No século XVII, o ensino no Brasil não apresentou grandes diferenças com relação ao século anterior. O ensino jesuítico manteve a escola conservadora, alheia à revolução intelectual representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento científico. Centrada no nível secundário, a educação visava à

formação humanística, privilegiando o estudo do latim, dos clássicos e da religião. Não faziam parte do currículo escolar as ciências físicas ou naturais bem como a técnica ou as artes.

Com a didática, os jesuítas mostravam-se bastante exigentes, recomendando a repetição dos exercícios para facilitar a memorização. Aos sábados as classes inferiores repetiam as lições da semana toda.

A eficiência da pedagogia dos jesuítas deveu-se ao cuidado com preparo rigoroso do mestre e à uniformidade de ação. A pedagogia jesuítica tinha um caráter tridentina, ou seja, remetia ao concílio de Trento da Igreja Católica, organizado no século XVI e com propósitos contra reformista, e contra punha-se ao modelo de ensino que se apregoava em outros países da Europa, influenciados pela ciência moderna e pelo racionalismo. (STPHANOU e CAMARA BASTOS, 2004, p.79,80,85)

Nesse período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra.

Em 1759, Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, após entrar em conflito com os jesuítas, os expulsou de todas as colônias portuguesas, suprimindo todas as suas escolas. A razão para esse conflito apontada por Piletti (1991) é o fato de os jesuítas se oporem ao controle do governo português.

Houve o desmantelamento do sistema jesuítico, mas não se criou outro sistema à altura para substituí-lo, ou seja, não foi criado outro sistema organizado para ocupar o espaço específico na área educacional da elite.

Para substituir o sistema de ensino anterior foi encontrada uma solução: a criação de aulas régias. Eram aulas avulsas financiadas através de um imposto colonial chamado subsídio literário; o que não funcionou. O novo sistema teve dificuldade desde a implantação, não substituiu o antigo, tanto quantitativamente como qualitativamente, ou seja, não teve abrangência suficiente e nem a qualidade desejada.

De acordo com Piletti (1991, p.37) “o ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada”, já que, com a reforma pombalina, nenhum sistema educativo comparado ao jesuítico passou a existir.

1.2 A EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL

Devido aos atritos da corte portuguesa com Napoleão, a família real mudou-se para o Brasil, sob a proteção da Inglaterra. E com a vinda de D. João VI, a cidade do Rio de Janeiro precisou se adaptar rapidamente ao grande número de cortesãos que invadiram suas casas e as ruas antes pacatas. A vida em Vila Rica, Salvador e Recife também sofreram alterações por causa das novas exigências administrativas.

Quando a família real chegou ao Brasil em 1808, existiam as aulas régias do tempo de Pombal, o que obrigou o rei a criar escolas, sobretudo superiores, a fim de atender às necessidades do momento, que era a formação das elites dirigentes do país. Nessas escolas eram formados oficiais do exército e da marinha para a defesa da colônia, engenheiros militares, médicos. Durante o período dos dois impérios, houveram três níveis de ensino, notamos as dificuldades de sistematização dos dois primeiros níveis, por conta dos interesses elitistas da monarquia, que não se importava com a educação da maioria da população. O ensino secundário também foi conturbado na medida em que se configurava atrelado aos interesses do ingresso nos cursos superiores. (FERREIRA, 1996, p.168 e 169)

O objetivo fundamental da educação no Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso,

ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades procuraram-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar assim vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior. (PILETTI, 1991, p. 41).

Em 1823, foi instituído o Método Lancaster ou “ensino mútuo”, em que, após treinamento, um aluno ensinava a grupos de até dez alunos, sob a vigilância, de um professor inspetor, diminuindo, portanto, a necessidade de um número maior de professores.

Embora já na Constituição outorgada de 1824 houvesse referência a um sistema nacional de educação, esse projeto não foi contemplado 1827, no entanto foi engavetado e esquecido antes de ser aprovado. Sem a exigência de conclusão do curso primário para o acesso a outros níveis mais elevados de ensino, a elite educava seus filhos em casa, com auxílio de preceptores, ou os pais se reuniam para contratar professores que dessem aulas em conjunto para seus filhos em

algum lugar escolhido. A partir de então, a atuação do poder central limitou-se ao ensino superior, em geral, e ao ensino primário e secundário no município da capital; as províncias limitaram-se a promover, muito precariamente, o ensino primário e secundário, deixando para o governo da União o monopólio dos estudos superiores.

Para os demais segmentos sociais, restava a oferta de poucas escolas cuja atividade se restringia à instrução elementar: ler, escrever e contar. Segundo o relatório de Liberato Barroso, apoiado em dados oficiais, em 1867 apenas 10% da população em idade escolar se matriculara nas escolas primárias. (BARBOSA, 1947, p.33-34)

Durante o Império, houve expansão do ensino superior, cresceu também o número de instituições religiosas trabalhando com o ensino secundário, preparando os filhos da elite para o ensino superior. Além disso, os poucos liceus provinciais fundados pela iniciativa pública enfrentavam dificuldades diversas, decorrentes da falta de organização e de recursos, corpo docente mal habilitado e até de insuficiente número de alunos, o que levou muitos a fecharem as portas. Poucas escolas primárias foram fundadas e a instrução elementar com o passar do tempo, tornou-se um encargo da família para os mais pobres. Para elite, os colégios confessionais realizavam muito bem essa tarefa, principalmente no Município do Rio de Janeiro e em outros grandes centros. A ideia e a lei existente sobre a obrigação da província com o ensino popular elementar sofriam continuada refutação; ou era por falta de verba ou por outro entendimento qualquer.

Quanto a educação das meninas, apesar de constar nas leis, quase nada existia. A população feminina ficava marginalizada do sistema escolar. A elite promovia uma educação às suas filhas, relacionada com os afazeres domésticos e nas camadas populares somente existia a educação informal familiar; orientações passavam de mãe para filha.

Para melhorar a formação de mestres, foram fundadas as escolas normais. A primeira delas foi a Escola Normal de Niterói (1835), capital da província do Rio de Janeiro. Funcionava precariamente com um só professor e poucos alunos. Fechou em 1849 por falta de alunos, para retornar mais tarde às atividades. Em seguida, surgiram várias outras escolas normais nas diversas províncias, tais como em Minas Gerais (1836, instaladas em 1840), Bahia (1836, instalada em 1841) e São Paulo (1846). Algumas escolas surgiram e é sabido que em 1836 a Província da Bahia colocou em funcionamento uma escola normal para alunos de ambos os sexos,

envolvendo métodos, gramática, aritmética, desenho linear e caligrafia. O curso fora estruturado para dois anos, os homens assistiam à aula num dia e as mulheres no outro. Era um dia só de aula por semana para cada turma e poucos se interessaram, não favorecia ascensão social. (NEVES, LÚCIA, 2000, p.65)

O descaso pelo preparo do mestre fazia sentido em uma sociedade não comprometida em priorizar a educação elementar. Além disso prevalecia a tradição pragmática de acolher professores sem formação, a partir do pressuposto de que não havia necessidade de nenhum método pedagógico.

Em 1837 é criado na cidade do Rio de Janeiro o Colégio D. Pedro II com a função de tornar o modelo de ensino para o nível secundário em todo o país: no entanto, até o final do Império esta escola não conseguiu se organizar de forma efetiva para se tornar a referência educacional do Brasil. (MARIOTTO, 1972, p.24)

Houve uma certa expansão das escolas normais, e em 1881, o Império criou a Escola Normal Oficial, na Capital, servindo de modelo às províncias. No entanto os salários das “professorinhas” eram baixos, as condições de trabalho, precárias, não existia qualidade e era restrito em termos de quantidade. Algumas acabaram fechando. As que permaneceram funcionando tinham nível baixo, não trabalhavam com a nossa realidade, tinham duração de dois ou três anos e eram considerados cursos de “humanidades”.

Quanto aos métodos de ensino e às práticas escolares, o Império herdou da tradição jesuítica e legou à República o exercício da repetição para a memorização que, apesar dos diversos movimentos renovadores ocorridos ao longo do período republicano, ainda subsiste em muitas das nossas salas de aulas. (FLORESTA, 1989, p.108).

Assim, em 1889, com o fim do período Imperial no Brasil, apesar de propostas interessantes não havia surgido nada de concreto na educação brasileira, fazendo com que as ações educacionais se mantivessem escassas e divididas sem ocorrência de um sistema de educação efetivo e com qualidade.

O ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, gerando assim um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de

outro, o ensino primário e profissional de forma bastante precária, para as classes populares.

1.3 A EDUCAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO

Observe-se que a organização brasileira teve a influência da filosofia positivista. E com o início da República houve o estabelecimento de um sistema duplo em relação à educação, a escola primária e profissional, era destinada ao povo e a escola secundária e superior era privilégio somente da elite.

Com a Proclamação da República em 1889 não houve grandes mudanças na estrutura do ensino primário e secundário, na prática. O ensino superior continuou recebendo os principais cuidados, formando a elite e as demais lideranças do país.

De acordo com Marta Carvalho (1989 p.23-38), assim, por conta das teses liberais e democráticas modernas, isto é, não abolicionistas, dominantes entre os republicanos desde 1870, colocando a educação como fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade objetiva de integrar e disciplinar sobretudo a população imigrante para o trabalho na grande lavoura cafeeira, projetar e realizar a educação escolarizada torna-se a tarefa republicana por excelência, tanto na fase da propaganda quanto na fase de instituição do regime.

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação dessemelhante daquela conferida à elite, é herdada pela Primeira República juntamente com a desorganização que se arrastou durante o período monárquico. Surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional. Em 1890, Benjamin Constant faz a primeira, rompendo com o humanismo tradicional e inserindo princípios positivistas. Implanta o ensino enciclopédico, acrescenta Ciências, Noções de Sociologia, Moral, Direito e Economia Política no ensino secundário.

Em 1901 Epitácio Pessoa introduz mudanças no ensino secundário, mas o objetivo não muda, o de preparar para os cursos superiores. A maior inovação foi a liberdade de ensinar. Em 1911 foi aprovada a Lei Orgânica Rivadavia Corrêa. Há retrocesso, volta ao ensino parcelado e o Estado já não controla a emissão de títulos e diplomas. Em 1915 com a aprovação da Lei Carlos Maximiliano, cancela-se o ensino parcelado, criam-se vestibular e obrigatoriedade do curso secundário para ingresso no ensino superior. Em 1925 Rocha Vaz faz a última reforma antes da Era

Vargas, foi conservadora e reacionária, não aceitou as ideias da Escola Nova, manteve o controle ideológico sob o Estado, através de inspeções e autorizações, criou Moral e Cívica para o ensino primário e secundário. Porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava. (TREVISAN, 1982, p.21-22)

O modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é o posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsicamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que no cenário real, estava de um lado a classe pobre, sempre relegada a segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez os seus privilégios.

A Constituição republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribuiu à União a incumbência da educação superior e secundário, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Desse modo reforçou o viés elitista, já que a educação elementar recebia menor atenção.

A descentralização que conferia maior poder aos estados podia representar no plano das ideias, mudanças satisfatórias e significativas. Mas, na realidade, representou o descaso e o abandono dos estados mais pobres, que se viam cada vez mais à mercê da própria sorte. Isso se refletia no âmbito educacional e relegava principalmente os menos favorecidos a uma educação precária ou ao analfabetismo, já gritante em nosso país.

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império”. (ROMANELLI, 1978, p.43).

Como é óbvio, o Estado de São Paulo se destacava pelo maior investimento na área educacional. Porém é preciso ter em mente que a sua luta contra o analfabetismo, por meio da Liga de Defesa Nacional em (1916) e da Liga Nacional do Brasil em (1917), esta última com sede em São Paulo, mostrava substancialmente não a vontade de oferecer as camadas populares oportunidades iguais de progresso, mas sim o desejo de parte da emergente burguesia de encarar a enraizada política oligárquica. Era necessário aumentar o

contingente eleitoral, uma vez que o analfabeto era proibido de votar. Por esse motivo, as lutas contra o analfabetismo aceleraram, pois ele era colocado como fator importante na perpetuação das oligarquias no governo; a alfabetização, então, era útil às transformações político-eleitorais. Sem deixar de considerar que era necessário também habilitar as pessoas para a nova ordem econômica.

Portanto, não existia uma rede de escolas públicas estruturadas, respeitável; as poucas que existiam nas cidades, eram reservadas ao atendimento dos filhos das classes ricas. No interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais, funcionando em condições precárias e o professor não tinha qualquer formação profissional.

Na organização escolar brasileira percebe-se influência da filosofia positivista. Com a República houve o estabelecimento de um sistema duplo em relação à educação, a escola primária e profissional, era destinada ao povo e a escola secundária e superior era privilégio da elite.

Segundo Ramos, (1979, p.40-41) Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A reforma criou o Conselho Nacional de Educação e procurou estruturar a educação no território nacional, em todos os níveis. Em 11 de abril de 1931 criou-se o Estatuto da Universidade Brasileira, a primeira a funcionar em território brasileiro foi a Universidade de São Paulo-USP, em 1934. O Decreto nº 19851/31 fixou os fins para o ensino universitário; em 1932, com o ideal de obrigatória, gratuita e laica, entre outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que era e o que pretendia o Movimento Renovador.

Surgiram vários projetos, discursões importantes que deram origem à Constituição de 1934, que visava à organização do ensino brasileiro e incluía um capítulo exclusivo sobre educação, no qual o Governo Federal passou a assumir novas atribuições como:

a função de integração e planejamento global da educação;
a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais;
a função supletiva de estímulo e assistência técnica e a função de controle, supervisão e fiscalização (PILETTI, 1991, p. 81-82).

Segundo o autor a Constituição Brasileira de 1934, foi promulgada em 16 de julho, pela Assembleia Nacional Constituinte. Ela foi a que menos durou em toda a História do Brasil, ficou ativa apenas três anos, mas vigorou oficialmente apenas por um ano e foi suspensa pela Lei de Segurança Nacional, visava à organização do

ensino brasileiro e incluía um capítulo exclusivo para a educação, diante da situação o Governo Federal passou a assumir novas atribuições.

Parafraseando Ghiraldelli Jr. (1994, p.81), o Estado estava pouco interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, e isso ficou expressamente claro na Constituição de 1937, que pretendia contrariamente evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular; ao povo marginalizado, deveria destinar-se apenas o ensino profissionalizante.

Com o fim do Estado Novo, o país retornou à normalidade democrática e passou a adotar uma nova constituição. Na área educacional, o texto de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934 e suprimidos pela do Estado Novo. Na educação, um debate nunca visto como pano de fundo o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4024/61, que levou treze anos para entrar em vigor.

1.4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS GOVERNOS MILITARES

Com ascensão dos militares ao poder em 1964, as instituições democráticas não estavam preparadas para atender às novas perspectivas do governo. Desde o Congresso Nacional até o ensino, “todos” sofreram alterações substanciais com o rumo da nova política.

Se a educação antes do Período Ditatorial, com as ideias de universalização e democratização, nunca conseguiu consolidá-las, nesse período ela se distanciou mais desse ideal, pois se pautou na repressão, na privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com ensino de qualidade e deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra para atender às necessidades do mercado e desmobilizou o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais.

A marginalização educacional foi uma constante em nossa história; os grupos menos favorecidos economicamente, em todas as épocas, receberam uma educação diferenciada, oscilando do abandono à própria sorte, à preparação para o trabalho, sem perspectivas para continuar os estudos no ensino superior. Em 1950, tínhamos no Estado de São Paulo 42% das crianças em idade escolar-7 a 14 anos-

fora da escola. A repetência e a evasão persistiam em todo ensino primário e secundário. A educação, ainda, era livresca e acadêmica, a avaliação e os métodos de ensino eram tradicionais, imperavam na prática os castigos físicos e a memorização de textos clássicos. (SOUZA, 1996, p.38-41)

Por volta de 1960 a 1970 as crianças das classes populares começaram a ingressar nas escolas e já eram a maioria nas escolas públicas. O universo de conhecimento dos mais pobres era muito diferente da “cultura” das classes média e rica, e conforme a escola pública foi recebendo as crianças das camadas pobres, as taxas de repetência e evasão aumentaram.

A repercussão imediata do governo autoritário na educação se fez sentir na reestruturação da representação estudantil. Em 1967, foram postas fora da lei as organizações consideradas subversivas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). A intenção era evitar a representação em âmbito nacional, permitindo a atuação do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), para cada universidade.

As escolas do grau médio sofreram controle, e seus grêmios foram transformados em centros cívicos, sob a orientação do professor de Educação Moral e Cívica, cargo ocupado por pessoa de confiança da direção, o que, em outras palavras, significava comprovar não ter passagem pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

Aliás, a intenção explícita da ditadura em “educar” politicamente a juventude revelou-se no decreto-lei baixado pela Junta Militar em 1969, que tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas em todos os graus e modalidades de ensino. No ensino secundário, a denominação mudava para a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e, no curso superior, para Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Nas propostas curriculares do governo transparecia o caráter ideológico e manipulador dessas disciplinas. (HILSDORF, 2005, p.66)

A situação explosiva e a repressão provocaram a radicalização do movimento estudantil, que reivindicava urgente reforma universitária. Vale ressaltar que o ano de 1968 foi marcado mundialmente pela revolta estudantil iniciada em maio, em Paris.

A educação passou a atender ao regime vigente e, de modo geral, visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro; seres passivos diante todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas.

Para implantar o projeto de educação proposto, o governo militar não revogou a LDB de 1961 (Lei nº 4.024), mas introduziu alterações e fez atualizações. Vale lembrar que os militares atuaram no interior das universidades, silenciando o debate e intervindo de forma violenta nos campi, cassando professores desarticulando movimentos estudantis.

Os processos teóricos do tecnicismo podem ser encontrados na filosofia positivista e na psicologia behaviorista, essas teorias valorizam a ciência como uma modalidade de conhecimento objetivo, portanto, passível de verificação rigorosa por meio da observação e da experimentação.

O tecnicismo buscava a mudança do comportamento do aluno mediante treinamento, a fim de desenvolver suas habilidades. E com isso privilegiava os recursos da tecnologia educacional, encontrando no behaviorismo as técnicas de condicionamento.

O ensino tecnicista foi oferecido para as classes populares e o objetivo da proposta do ensino era de caráter formador, organizado em ciclos oferecendo formação continuada e com matérias humanísticas além das específicas, técnicas, nesse sentido calmava as manifestações políticas contribuindo para que o ensino superior ficasse reservado às elites. Pela Lei nº 5.540/68, o governo promoveu a Reforma Universitária:

- Instituiu o vestibular classificatório para acabar com os excedentes;
- Deu à universidade um modelo empresarial;
- Organizou as universidades em unidades praticamente isoladas;
- Multiplicou as vagas em escolas superiores particulares (PILETTI, 1991, p.16)

De acordo com o autor a Reforma Universitária foi feita para fixar as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1º ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação no nível universitário.

Diz o artigo 1º da Lei nº 5.692/71: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. Essa lei tinha como objetivo, obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos.

Os efeitos das reformas de ensino no período da ditadura foram desastrosos para a educação brasileira. Por exemplo, obrigatoriedade de oito anos tornou-se letra morta, uma vez que não havia recursos materiais e humanos para atender à demanda. A profissionalização não se efetivou. Faltavam professores especializados, as escolas não ofereciam infraestrutura adequada aos recursos (oficinas, laboratórios, material), sobretudo nas áreas de agricultura e indústria.

No início da década de 1980, o regime militar apresentava sinais de enfraquecimento, entrando em curso o lento processo de democratização. Com o fracasso do regime do regime militar, intensificou-se a luta pelo retorno da Filosofia, excluída do currículo. Que voltara a ressurgir como disciplina optativa.

1.5 A EDUCAÇÃO E A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Com a queda da ditadura militar, vários aspectos da política no Brasil foram repensados, e entre eles estava a Educação. E nos três primeiros anos da Nova República, foram focados na elaboração da nova Constituição de 1988.

Em 1985, terminou o governo militar e teve início a então chamada Nova República, ainda que pela eleição indireta de Tancredo Neves. Com a sua morte trágica – acontecimento que provocou comoção popular-, o vice José Sarney tornou-se o primeiro presidente civil desde 1964. Nesse mesmo período a educação volta a ser discutido e repensado num aspecto mais amplo levando em conta a importância de um ensino de qualidade para a vida dos brasileiros em geral.

Após o fracasso do Plano Cruzado (1986), o congelamento forçado da mensalidade na escola particular, seguido por uma explosão de preços, provocou maior elitização do ensino, ainda mais porque a escola paga se tornava inacessível também à clientela habitual de determinados segmentos da classe média. O que salta à vista é a continuada elitização da educação, com a escola de qualidade cada vez mais restrita a grupos privilegiados, enquanto a pública se reduzia a condições lamentáveis.

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada uma nova Constituição, que “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência os direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores” (SANTOS, 1999, p.31).

Dentre as principais mudanças no âmbito educacional, Aranha (1996, p.223) destaca:

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino fundamental obrigatório e gratuito;
- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- Extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio;
- Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público;

De acordo com a Nova Constituição, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a (Lei nº 9.394, que foi promulgada em 20/12/1996). Portanto, a Carta Magna e a Nova LDB, dão apoios legais para o direito a uma educação de qualidade, promovendo a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.

Em 1996, o Governo Federal criou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para estruturação e reestruturação dos currículos escolares das escolas no Brasil, a favor um bom ensino para o aluno e de uma escola de boa qualidade. Porém, ainda falta muito para que o texto legal realmente seja consolidado. Por mais que tenha se desenvolvido, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo para a formação de seres passivos, eximindo – se de compromisso de formar cidadãos ativos e conscientes.

Incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política. (RODRIGUES, 1991, p.35).

Em janeiro de 2006 o senado aprovou o projeto de lei que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, garantindo o acesso de crianças a partir de 6 anos de idade.

A formação de professores para a educação básica mereceu um avanço, ao se determinar, nos artigos 62 e 63, a exigência de curso de nível superior, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, para substituir o curso de magistério de nível médio. Constituiu também um avanço a proposta de programas de educação, continuada e procedimentos para a valorização dos profissionais da educação.

Um elemento de flexibilidade da lei ocorre no artigo 23, que permite a organização da educação básica em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos etc., o que supõe ampla autonomia de cada escola, desde que se tenha em vista a avaliação da aprendizagem. Flexível também é a “progressão regular por série”.

Segundo o professor Dermeval Saviani, (1995, p.92-94) “embora [a lei] não tenha incorporado dispositivos que claramente apontassem na direção da necessária transformação da deficiente estrutura educacional brasileira, ela de si, não impede que isso venha a ocorrer”. E completa: “A abertura de perspectivas para a efetivação dessa possibilidade depende da nossa vontade política capaz de transpor os limites que marcam a conjuntura presente”.

2 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

2.1 PRICIPIOS, FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação brasileira passou por vários estágios em seu desenvolvimento, sendo assim acrescentados nos quesitos legislação, fundamentação e procedimentos da educação básica posto pelo controle educacional feito pelas instituições públicas instituídas.

Ao ser elaborada e promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a (Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996), estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, porém muitos dos artigos nela contidos precisavam de regulamentação. E essa função foi atribuída, pela própria LDB, em algumas vezes a União, outras vezes aos Estados e, até mesmo, aos Municípios.

A educação básica é organizada por etapas e modalidades, que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O que a lei de diretrizes da educação prega é que todo o cidadão tem o direito de concluir seu processo educacional básico e conseqüentemente prosseguir para estudos em nível superior.

De acordo com Libâneo (2007) ele nos afirma que a educação básica desenvolve o educando e lhes assegura uma formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhes a progressão em seus estudos conforme as etapas e os níveis de ensino. Portanto para o exercício da cidadania é dever do estado e da família garantir este direito a educação, conformes as etapas e as estruturas do sistema educacional de ensino. Lei nº 9394/96, art.29 nos ressalta que:

A primeira etapa está constituída pela Educação Básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus diferentes aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade. (HORN,2003, p.100).

No entanto para a autora a primeira etapa ela é a base fundamental para os diferentes desenvolvimentos infantil, uma vez que é neste momento que a criança se encontra em processo de ensino e aprendizagem e constrói conceitos e compreensão do meio onde se encontra. Vários são os dispositivos que os tornam evidente o reconhecimento da educação infantil como etapa específica da formação

humana, com base na ideia da educação como processo contínuo que se destina às crianças de zero a seis anos e inclui-se o atendimento em creches “para crianças de até três anos e em pré-escola, para crianças com idades de quatro a cinco anos” (lei nº 9394/96, art.30).

A especificidade atribuída a essa etapa de escolarização opõe-se radicalmente à visão da pré-escola com base na noção de privação ou carência cultural, tão em vigor no passado ainda recente, segundo a qual o papel da pré-escola seria de suprir as “deficiências” das crianças especialmente as oriundas das classes populares por intermédio de programas de educação compensatória, para, assim prepara-las a ingressarem o ensino “regular”.

Visto que a preparação nas fases da educação infantil requer atenção, cuidado e principalmente um carinho todo especial por parte dos profissionais da educação aos alunos, uma vez que as organizações e planejamentos se estende a uma grande mudança, na qual os mesmos não estão adaptados a esta práticas de escolarização, sendo primordial trabalhar as diferenças e os conteúdos adaptados de acordo com a idade-série.

A manutenção da educação infantil como primeira etapa da educação básica representa uma das grandes vitórias das forças democráticas, haja visto que foi intenso e polêmico o debate em torno desta questão, durante o processo de elaboração da lei, resultando que, em algumas versões de relatórios no Senado Federal, chegou a ser retirada a educação infantil do âmbito da educação básica.

O Ensino Fundamental representa a segunda etapa da educação básica, onde é obrigatório a matrícula de crianças a partir dos seis anos de idade com a duração de nove anos de escolaridade gratuita na escola pública. A Lei nº 9394/96 no art. 32 nos esclarece que as etapas do Ensino Fundamental é a mais longa:

A etapa do Ensino Fundamental é a mais longa da Educação Básica. Com a duração de nove anos, essa fase de ensino atende aos alunos com idades entre 6 e 14 anos. De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa fase escolar “terá por objetivo a formação básica do cidadão”. (LIBÂNEO, 2007, p.254).

Tendo em vista os esclarecimentos supracitados acima pelo autor, fica evidente que o ensino fundamental é a etapa obrigatória da educação básica e deve ser ofertados o ensino gratuito em todas as escolas municipais de ensino na cidade onde o aluno reside, essa etapa detêm de uma longa duração de nove anos, na qual

os professores, diretores e principalmente o secretário escolar terá que ficar atento ao senso escolar após escrever a escola, pois a mesma recebe verbas referentes a faixa etária e série dos alunos matriculados, caindo as verbas em casos das distorção de Idade série na etapa do Ensino Fundamental de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, os mesmos nos afirmam que:

O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. Os dados coletados resultam em uma série histórica de informações, permitindo a geração de indicadores que representam a situação dos alunos e professores nas salas de aulas do Brasil. (BRASIL, 2020, p.14)

Mediante aos dados já citados acima, é satisfatório evidenciarmos os procedimentos de preenchimento do Censo Escolar com relação os dados declarados pelas unidades escolares, na qual se tem como base os registros administrativos e acadêmicos de cada escola (ficha de matrícula, diário de classe, livro de frequência, histórico escolar, sistemas eletrônicos de acompanhamento, diário do professor, regimento escolar, projeto político-pedagógico, documentos de modulação de professores e de enturmação, dentre outros). Essa exigência é fundamental para a garantia dos dados declarados na etapa do ensino Fundamental, visto que diante da longa duração de nove anos, vários são os procedimentos inerentes ao ensino.

De acordo com Brasil (2010) em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Diante destes fatos atenuados aos estudantes dessa etapa de ensino é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos no processo de ensino e aprendizagem.

A terceira fase da educação básica é o Ensino Médio sendo ela a última etapa vigente na educação, tendo a duração mínima de três anos e suas finalidades específicas, visam a preparação dos alunos as competências necessárias para a prática social e a qualificação para o mercado de trabalho.

O ensino médio, etapa final da educação básica (arts.35 e 36), vem historicamente buscando sua identidade. Ora lhe é delegada a função de preparatório para a universidade, ora sua finalidade é atender o mercado de trabalho, restando-lhe, nesse caso, fazer um mero treinamento de habilidades. A partir da Lei nº 5.692/71, em vigor até dezembro de 1996, apesar das variadas tentativas de aperfeiçoar a legislação, houve um aprofundamento dessa situação, ou seja, um esvaziamento, tanto do ensino propedêutico como do profissionalizante. (PEREIRA e TEXEIRA,2003, p.93).

De acordo com os autores é justamente no ensino médio que os jovens são preparados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) os demais vestibulares. No entanto, essa etapa final escolar também se trabalha o autoconhecimento, autonomia intelectual, pensamento crítico, entre outros. Concluir o ensino médio é fundamental para a colocação do jovem no mercado de trabalho, porém é necessário continuar investindo na qualificação profissional.

As resoluções e os artigos reafirmam o conceito dos autores citados acima, o ensino médio é a última etapa da educação básica e com três anos de duração, sendo assim a nova lei de educação básica, baseada no (Artigo 35,) determina que o Ensino Médio tem as seguintes finalidades:

- I- A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II- A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III- O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL,2001, p.257).

Conota-se que grandes são as finalidades promovidas pela nova Lei nº 9.394/96 da educação básica que concretiza as mudanças ocorridas no processo educacional do ensino médio, o qual possibilita aprofundar-se nos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e os completando de acordo com a matriz

curricular específica e os temas transversais para cada etapa de ano. com isto podemos perceber que os jovens precisam estar preparados psicologicamente, mentalmente e fisicamente para exercer os seus direitos e deveres enquanto cidadãos de bem e aptos para o mercado de trabalho.

2.2 A EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A educação é um direito social de todos, sem exceção de raça, cor, sexo, desigualdades sociais e etc., sendo-lhes assegurado pela Constituição Federal de 1988 e de todos os órgãos competentes é um dos deveres mais importantes de todas as esferas governamentais e, por isso, possui uma significativa legislação que visa garantir não só com que os governos cumpram suas obrigações, mas também com que a educação cumpra sua função social.

De acordo com o Plano Nacional de Educação a Seção I do Capítulo III da Constituição de 1988, intitulada “Da Educação”, define os pontos mais cruciais da educação em relação aos sistemas de ensino, aos deveres do Estado, aos recursos públicos destinados à área e aos seus objetivos, que de acordo com art. 205 são: o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A legislação em âmbito educacional tem como finalidade instruir os procedimentos de formação que se dão não apenas nas instituições de ensino, mas ocorrem também em outras instâncias culturais como família, a igreja, entre outros grupos comunitários.

De acordo com as novas modificações a legislação tem um marco muito importante na educação básica visto que é fundamental para regular o sistema de educação no país. Estabelece direito e padrões de funcionamento e é o primeiro passo para garantir que a população receba um serviço de qualidade tanto em instituições públicas quanto privadas.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do estado Novo (1937-1945). Foi promulgada somente em 1961, com o nº 4.024, e duas vezes reformulada: pela Lei nº 5.692/1971 e pela Lei nº 9.394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024/61, estabeleceu diretrizes para o então chamado ensino primário que era composto por no mínimo quatro séries, podendo ser ampliado para até seis séries.

O ingresso nessa etapa do ensino era obrigatório a partir dos sete anos de idade completos, como previa o artigo 27 da lei:

Art.27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento (BRASIL, 1961).

Meneses (2002, p. 96) tece algumas considerações sobre a educação básica a partir da LDB 4024, 1961:

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)-Lei nº 4024, de 20/12/61- dá-se um importante passo no sentido da unificação do sistema de ensino e da eliminação do dualismo administrativo herdado do Império. Inicia-se pela primeira vez, uma relativa descentralização do sistema como um todo, concedendo-lhe considerável margem de autonomia aos estados e proporcionando-lhes as linhas gerais a serem seguidas na organização de seus sistemas, linhas estas que deveriam responder por uma certa unidade entre eles. (BRASIL, 1961).

Segundo o autor, a LDB 4024/61, não conseguiu resolver a questão da descontinuidade entre o ensino primário e o ensino médio, o que continuava se configurando como problema na extensão e continuidade do processo de escolarização da época. Já na LDB 5692, de 11 de agosto de 1971, o até então chamado ensino primário passou a ser denominado ensino de primeiro grau, e objetivava a formação da criança e/ou adolescente, preparo para o trabalho e para o exercício da cidadania, como dispõe em seu artigo primeiro:

Art. 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

Considerando os objetivos apresentados na legislação anterior, percebe-se que se acrescentou a ênfase na formação do educando para o mercado de trabalho. Nesse sentido o ensino de primeiro grau tinha a duração de oito anos e a lei estabelecia como obrigatória a matrícula de crianças com sete anos de idade nesse

nível de ensino. Após cerca de dez anos já na vigência do regime militar (1964-1985), a Lei nº 4.024/1961 foi reformulada pela Lei nº 5.692/1971, assinada pelo presidente general Emílio Médici. A Lei nº 5.692, fundiu o ensino primário com o ginásio, retirando deste os ramos profissionais, e constituiu um novo segmento de primeiro grau com oito anos de duração, obrigatório para as crianças e jovens.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em discursão desde 1988, mesmo antes de promulgada a nova Constituição e cujo primeiro anteprojeto de lei foi depositado na Comissão de educação em novembro daquele mesmo ano finalmente foi aprovada como lei ordinária no Congresso Nacional (Lei nº 9.394 de 17/12/1996), sancionada pelo presidente da república (20/12/1996) e publicada no Diário Oficial da União (23/12/1996, seção I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (Público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior. A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Segundo a LDB 9394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior.

O artigo 2º da LDB afirma que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado cabendo aos pais, na idade própria, matricular seus filhos na rede escolar, cumprindo ao Estado a responsabilidade de oferecer vagas e condições adequadas de ensino. (LDB – BRASIL 9394/96)

Vale ressaltar que a LDB 9394/96 foi promulgada para garantir o direito a uma educação de qualidade mediante a constituição brasileira. Portanto é dever dos Estados, Distrito Federal e os Municípios e com o apoio da família assegurarem a educação.

Saviani (1997) refere-se à LDB 9394/96 como “[...] importante conquista no desenvolvimento na educação brasileira no sentido de se caminhar em direção a um verdadeiro sistema nacional de ensino abrangente e universalizado, isto é, capaz de garantir um ensino de qualidade a toda à população do país”, mas afirma:

É preciso, no entanto, não perder de vista que o conceito de educação básica adotado implica não apenas uma reordenação do ensino fundamental, mas o empenho decidido em universalizar o ensino médio na perspectiva de uma escola unificada, capaz de articular a diversidade de experiências e situações em torno do objetivo de formar seres humanos plenamente desenvolvidos e, pois, em condição de assumir a direção da sociedade ou de controlar quem dirige. (SAVIANI, 1997, p.210)

Sendo assim, podemos ressaltar que a LDB, desde sua promulgação a nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 vem tendo algumas atualizações, para o desenvolvimento da educação básica. Com as novas políticas voltadas para a educação foi institucionalizada no ponto de vista jurídico, determinada pelo governo federal destacada pela Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que estabelece como dever do Estado garantir a Educação Básica aos alunos a partir dos quatro até os dezessete anos de idade; ou seja, estabelece como obrigatoriedade a matrícula na Educação Infantil, na fase da pré-escola, no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma das leis brasileira que tem como objetivo estabelecer diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação brasileira. O Plano é quem estabelece e obriga medidas próprias a serem tomadas para alcançar as metas na educação.

O caráter elitista da educação brasileira fez com que a questão educacional se tornasse um problema apenas com o início do processo de industrialização, na década de 20 do século passado. As reivindicações dos diferentes movimentos sociais pela ampliação do atendimento escolar. O entusiasmo pela educação geraram as condições para que, em 1932, um grupo de educadores lançasse um manifesto ao povo e ao governo. Conhecido como Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, esse documento pode ser considerado a primeira tentativa de elaboração de um plano de educação no país.

Na primeira LDB, Lei 4.024/61, o Plano Nacional de Educação era instrumento de distribuição de recursos para os diferentes níveis de ensino. Após 1964, com a ditadura militar, vigorava a racionalidade tecnocrática na educação, e na Nova República, iniciada com o presidente na época José Sarney, propunha-se a racionalidade democrática.

O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova tencionava a reformulação da política educacional com base pedagógica renovada. Foi redigido em atenção ao pedido de Vargas, na IV Conferência Nacional de Educação (1931), para que os

intelectuais ali presentes contribuíssem para a elaboração de uma proposta educacional, que seu governo possuía.

Na análise de Azanha (1998, p.70), o primeiro Plano Nacional de Educação data de 1962, cujas coordenadas foram estabelecidas pela LDB de 1961. O plano, que sofreu duas revisões (em 1965, em razão de lei que estabeleceu o Salário-Educação, e em 1966, criando os ginásios orientados para o trabalho), constituía um conjunto de metas qualitativas e quantitativas a ser alcançadas em oito anos, além de estabelecer os critérios para aplicação dos recursos destinados à educação. Esse plano, porém, de iniciativa do MEC e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, não constituiu uma lei que determinasse os objetivos e as metas da educação no País.

O Plano Nacional de desenvolvimento da Nova República pretendia que a realidade educacional brasileira fosse organizada pelo Plano Educação para Todos, o qual foi desconsiderado, pela existência de práticas de privilégio no repasse de recursos, com objetivos clientelistas.

Embora a nova LDB expresse, em seu art.9º, que a União deve incumbir-se de elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, o plano Nacional da Educação foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e teve apenas alguns interlocutores privilegiados, como o Conselho Nacional de Educação e os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

O PNE foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Tem duração de dez anos e os estados, o Distrito Federal e os municípios devem elaborar planos decenais correspondentes, para adequação às especificidades locais e a cada circunstância. A lei prevê que o PNE deve ser avaliado periodicamente pelo Poder Legislativo e acompanhado pela sociedade civil organizada. Esse Plano Nacional de Educação, que se refere a todos os níveis e modalidades de ensino, é o primeiro a ser submetido à aprovação do Congresso Nacional, por ser exigência tanto da Constituição Federal de 1998 (art. 214) como da LDB/1996 (art. 87, § 1º).

A duração de dez anos possibilita a continuidade das políticas educacionais independentemente do governo, caracterizando-o mais como plano de Estado do

que como plano governamental, o que é uma das vantagens de sua aprovação como lei.

Ao ser sancionado, sem vetos, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024- o segundo PNE aprovado por lei. O plano Nacional de educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. O PNE 2014-2024 traz diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais. De acordo com o art.7º dessa nova lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto. De acordo com Martins e Pinto, (2013, p.3):

A natureza processual do planejamento, entretanto, nem sempre foi reconhecida. A proposta da ABE previa que o PNE, uma vez promulgado, não poderia sofrer qualquer alteração senão após seis anos de sua execução e, se modificado, nova alteração só ocorreria após igual período. A Constituição de 1934 continha termos mais atenuados, mas, ainda assim, previa que o PNE só poderia se renovar “em prazos determinados” (art.150, parágrafo único).

Diante dessas regras, impostas foi elaborado pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 1937, que dispunha que o plano somente poderia ser revisto após o período de dez anos. Diante dessa proposta convertida em projeto de lei passou a ser analisada pela Câmara dos Deputados, processo que foi abortado pelo golpe de Estado que dissolveu o Congresso em novembro daquele mesmo ano durante o Estado Novo.

A lei do PNE 2001-2010 foi sancionada com nove vetos, que procuravam evitar que se gerassem algumas obrigações jurídicas, principalmente relacionadas à garantia de instrumentos de financiamento. É certo que eles enfraqueceram o plano, entretanto, o que se retirou foram importantes instrumentos, mas não as obrigações e sua validade jurídica.

A Exposição de Motivos (EM) nº33, de 2010 do executivo para o PNE 2014-2024, reconheceu que PNE 2001-2010 contribuiu para a construção de políticas e programas voltados à melhoria da educação muito embora tenha vindo

desacompanhado dos instrumentos executivos para a consecução das metas como aliada a defesa da legalidade.

Podemos destacar também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidades com que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Portanto, não se trata, contudo, de um modelo curricular pronto, com normativas específicas, e sim de um guia orientador que estabelece os objetivos de aprendizagem correspondentes a cada etapa escolar, considerando igualmente as particularidades (metodológicas, sociais e regionais) de cada localidade.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a “Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federais, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas da Educação Básica”.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os educandos desenvolvam ao passar ao longo da escolaridade básica. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Na BNCC, é definida como mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio nacionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que “educação deve afirmar valores e estimular as ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vale destacar que as competências gerais da Educação Básica são de suma importância, pois inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

Em 2010, CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de:

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem com estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitante, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A A Base Nacional Comum definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36 § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017).

Portanto, esses artigos tratam-se de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os educandos devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

2.3 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

A educação é de suma importância para um povo, no estado do Pará assim como em outros estados brasileiros, foi iniciado o ensino pelos jesuítas, que com algumas dificuldades conseguiram instalar um método pedagógico de ensino para a população paraense. Diante desse contexto histórico, esse trabalho ressalta um pouco da História da Educação no Estado do Pará, abordando o ensino desde os tempos do Império, o início da República até os primeiros anos do século XXI. Os jesuítas foram os primeiros que abriram aulas para ensinar a educar no mundo descoberto por Pedro Álvares Cabral.

O Pará colônia, após a fundação de Belém em 1616, teve a sua primeira fase de instrução sob os cuidados e dedicação dos frades Carmelitas, dos capuchos mercedários, jesuítas, dos religiosos da Conceição da Beira e Minho, dos da Piedade: Francisco Gonçalves, Manoel Nunes, José Lopes, Francisco Ribeiro, Jodozo Peres, Domingos da Cruz, José Vidigal, João Carlos, Bento Oliveira, Gabriel Malagrida e outros, que primeiro iluminaram a terra paraense, ministrando, com todo o zelo, a educação e ensino. (PARÁ, 1987)

Eles criaram as primeiras escolas primárias, e dedicada a pacientemente ensinavam não só os filhos dos companheiros e soldados do capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco, como também os índios, de todas as idades, fazendo estes adorar a Deus, balbuciar a custo os vocábulos da língua portuguesa, incutindo-lhes os mais rudimentares preceitos da moral social.

No século XVII, diz Saint Adolphe, no seu Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil, traduzido em português do manuscrito inédito

francês em 1845, pelo dr. Caetano Lopes de Moura, fizeram os padres da Companhia de Jesus “escolha de sitio aprazível nas margens do rio Guajará, tributário do das Amazonas, e fundaram nele um colégio a que puseram o nome “São Jorge dos Alamosa”.

Ainda na mesma vila, 1730, o padre José Lopes, providencial da Companhia de Jesus, requereu permissão, que lhe foi concedida pela provisão, com valor da carta régia, de 11 de maio de 1731, realizada em 1732 pelo 1º bispo, dom frei Bartholomeu do Pilar, para edificar uma casa para sua residência e de seus companheiros, e no terreno que então lhe foi concedido pela Câmara Municipal, com sessenta e quatro braças em quadra fazendo frente para as ruas das Flores e Nazaré e travessas Solimões e Tujal, foi construído o prédio que desejava, onde fundou o “Colégio da Mãe de Deus”, para o ensino das primeiras letras, latim, filosofia, moral e matérias indispensáveis ao curso eclesiástico, possuindo o colégio valiosa biblioteca, que depois passou para o Seminário da Capital, para doação perpétua, após a expulsão dos jesuítas. (PARÁ. 1987)

Em 1753, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, um dos mais distintos administradores do Pará Colônia, criou em Ourém uma escola primária de língua portuguesa.

Para o complemento desta ordem prejudicial ao ensino público e à escola primária da colônia, a lei do célebre ministro Marquês de Pombal de 3 de setembro de 1759 expulsou de Portugal e dos seus domínios os jesuítas, que abandonaram o Pará em consequência de tão injusta determinação.

Pela carta régia 11 de junho de 1761, o governo português, reconhecendo a lacuna deixada pelos missionários, procurou preenche-la, mandando estabelecer um colégio secular no hospício que os religiosos da Piedade haviam deixado em Gurupá, bem como um outro no convento dos jesuítas em Belém; mas a matrícula de frequência, tanto num como noutro colégio, foi completamente nula.

Posteriormente, por outra carta régia o governo português mandou que a instrução nos conventos fosse gratuita, e que se fundassem escolas primárias precisas. Essa providência, porém, de nada serviu.

Portanto, em virtude do aviso de 15 de abril de 1799, o governador Francisco Souza Coutinho regulamentou o ensino público da Capitania, sendo reforma aprovada pela carta régia de fevereiro de 1800.

De acordo com essa reforma, Belém passou a ter duas escolas primárias e o interior treze escolas: em Barcelos, Oeiras, Cametá, Monsarás, Vigia, Melgaço, Macapá, Cintra, marajó, Santarém, Monte Alegre, Gurupá e Bragança.

Em 1890, assumindo o governo do Estado o Dr. Justo Chermont, tratou logo de retomar seriamente a instrução pública “que, as últimas disposições legislativas pareciam querer de todo aniquilar” e, em 7 de maio assinava o Decreto 117, dividindo o ensino primário em elementar e integral, sendo aquele feito em três anos e este divididos em três cursos, elementar, médio e superior, em seis anos.

O Sr. José Veríssimo, com o seu programa, que era o do governo do Dr. Justo Chermont, na reunião de professores primários que convocou, expôs suas ideias e opiniões a respeito da instrução pública como fator certo, incontestável e definitivo da prosperidade nacional, traçou o seu belo e patriótico programa e concluiu com estas palavras:

“Pelo regulamento de 7 de maio, pela instituição do Conselho Superior, dos conselhos escolares, das garantias de que tem cercado o professorado, estorvos que tem posto ao favoritismo no provimento das cadeiras, é muito mais o que temos todos o direito de reclamar e esperar do seu patriotismo, da sua ilustração, do seu amor por esta terra”. (PARÁ. 1987)

Daí em diante, salutaras reformas fizeram-se notar no departamento da instrução, e apesar de alguns desvios, a escola primária transformou-se, sob uma nova orientação, mais pedagógica e conseqüentemente mais proveitosa, acentuando-se de modo indiscutível que o verdadeiro problema educativo, não é reformar o ensino primário, mais sim organizá-lo sob os melhores métodos, tendo-se em vista, que tudo em matéria de instrução geral é o professor.

Em 1891 o Dr. Lauro, governador do Estado, por Decreto nº 372 de 13 de julho, considerando de necessidade reorganizar a instrução pública, deu novo regulamento ao ensino primário, mantendo em suas bases o de 7 de maio de 1890, “que moral e materialmente levantou o nível do ensino entre nós, corrigindo aquele regulamento em algumas das suas disposições, de acordo com as lições da prática e experiência, e harmonizando-o no todo com os princípios consagrados na nossa Constituição”. (PARÁ. 1987)

A reforma constante do Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 “rasgou novos e largos horizontes” à escola primária, e “primeira entre todas, deu-nos a posse de institutos de ensino proclamados como as mais modernas conquistas da pedagogia”.

O primeiro grupo escolar instalado na capital foi sob a denominação “José Veríssimo”, criado pelo Decreto nº 935 de 7 de janeiro de 1901, e no interior foi o da cidade de Alenquer, criado pelo Decreto nº 722 de 10 de julho de 1899.

Em 1900, a escola primária contava 206 professores titulados, sendo 50 professores e 156 professoras, ocupados 179 em regência de escolas do isoladas, 15 em grupos escolares, 6 nas escolas modelo e 6 nas escolas do “Instituto Lauro Sodré”.

O ensino superior, aceitou a transferência para o Estado, da Faculdade Livre de Direito, de acordo com o Instituto Teixeira de Freitas, e promovido a criação da Escola de Farmácia, reformou o ensino secundário, dando ao “Ginásio Paes de Carvalho” novos moldes e remodelando o ensino profissional e técnico do “Instituto Lauro Sodré”.

De 1889 a 1930, a República operou grande renovação nacional, “nas reformas empreendidas após a implantação da República, -diz o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes ao passar a administração do Estado, em 24 de junho de 1891, ao Governador Lauro Sodré – a que mais avulta é a do ensino público, que mereceu de meu ilustre antecessor os mais sérios cuidados.

Encarregado o Sr. José Veríssimo da direção geral da Instrução Pública, - continua Huet – todos os atos que para reorganizá-lo foram promulgados, obedeceram a um plano metódico, consoante as lições de pedagogia moderna. Pela primeira vez procurou-se, como meio de educação, interessar o povo na questão do ensino, estabelecendo o Conselho Superior e os Conselhos Escolares eletivos.

Em 1930-1935, com a queda da 1ª República, no dia 24 de outubro de 1930, ficaram ainda resíduos administrativos que a Junta Revolucionária deixaria para serem marcados pelo primeiro Interventor Militar, o Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Já em 1951 a 1975, as memoráveis eleições de 3 de outubro de 1950 provocaram profundas transformações político-administrativas no Estado. Através da lei nº 400 de 30 de agosto de 1951, o Governador Alexandre Zacarias de Assunção – que havia tomado posse no dia 20 de fevereiro- extinguiu a secretaria Geral do Estado e os respectivos Departamentos de Finanças, de Obras, Terras e Viação, de Saúde e de Educação e Cultura, criando cinco (5) Secretarias de Estado:

- do Interior e Justiça, de economia e Finanças, de Obras, Terras e Viação, de Saúde Pública e de Educação e Cultura. (PARÁ. 1987)

Diante desse contexto histórico, com o passar dos anos a educação no estado do Pará vem evoluindo conforme as LDB, e as Constituições Brasileiras voltadas aos direitos obrigatórios à Educação no Estado.

Em 2008 o governo do Pará por meio da secretaria de Estado de Educação (SEDUC), propôs como pressuposto para a educação paraense a revitalização das escolas públicas estaduais, sob a égide da “Educação Pública de Qualidade Para Todos”. A partir do Plano Estadual de Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação de Governo Federal e do Programa de Governo do Estado do Pará, tem-se a educação, firmada no compromisso com a qualidade social, como direito universal, básico e bem social Público, imprescindível para a emancipação humana, favorecendo o respeito às diversidades e o desenvolvimento sustentável, a partir de uma concepção de Gestão Democrática. (PARÁ. 1987)

A função social da escola é a emancipação dos sujeitos. Para isso, a educação, enquanto prática social, deve ocorrer num espaço onde as relações entre os sujeitos sejam estabelecidas de forma participativa, de modo que todos possam, ao mesmo tempo, ser parte constituinte e constitutiva, da educação enquanto processo de emancipação, entendendo o processo educativo enquanto ação humana que tem como função social a capacidade de intervir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todas as partes interessadas possam ser ouvidas e as decisões, partilhadas, rumo ao cumprimento da função social e dos objetivos da educação em uma sociedade democrática. A Constituição Paraense capítulo III, afirma em seu:

Art. 272 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, é baseada nos princípios da democracia, do respeito aos direitos humanos, da liberdade de expressão, objetivando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No sentido de se garantir a qualidade social da educação, privilegia-se, em detrimento de ações voltadas para a centralização na tomada de decisões, a gestão escolar como espaço democratizante, onde a participação dos atores educativos-pais, discentes, docentes, comunidade de um modo geral faça-se presente em todas as etapas da organização e estruturação do fazer educacional.

De um ponto de vista histórico, tais considerações resultam da luta dos trabalhadores, na década de 80 do século passado, momento de abertura política no país, por uma gestão e organização da educação fundamentada no ideal participativo, o qual, com a constituição Federal de 1988, emerge e passa a ser formalizado por meio da expressão “gestão democrática da educação”, significando a “[...] defesa de mecanismos mais coletivos e participativos de planejamento e administração escolar...” (OLIVEIRA, 2002, p.136). Institui-se, assim, a gestão democrática da educação como campo de assimilação política, reconhecendo-se a escola como espaço fecundo para que isso ocorra.

Desde dezembro de 1996, o Brasil passou a ter uma nova Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB), instrumento legal que rege toda a estrutura e o funcionamento da educação formal brasileira, incluindo, evidentemente, a organização curricular das escolas de ensino fundamental e médio (novas denominações recebidas pelos antigos primeiro e segundo graus), a fim de que a política curricular pensada para o país pudesse ter a base legal que garantisse a sua implementação.

No artigo 9º, que trata das competências da União, fica consagrado, no inciso quarto, que em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, essa instância federativa deve estabelecer competências e diretrizes para a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio), que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, assegurando, dessa forma, a formação básica comum. Fica claro, assim, que prescrever os currículos *stricto sensu*, assim como os conteúdos mínimos entende-se:

[...] noções e conceitos essenciais sobre fenômenos, processos, sistemas e operações, que contribuem para a constituição de saberes, conhecimentos, valores e práticas sociais indispensáveis ao exercício de uma vida de cidadania plena. (CURY, 1998, p.65).

De acordo com o autor, os legisladores (as) ao darem redação final para a LDB, optaram por já, nessa Lei, atribuir diretrizes para a educação básica, como se pode perceber no seu artigo 27: Os conteúdos curriculares da educação básica observação, ainda, as seguintes diretrizes:

- a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- orientação para o trabalho;
- promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. (LDB-BRASIL 9394/96)

A LDB, ao tratar da forma, por meio da qual os currículos devem ser apresentados na educação básica, estabelece ainda, no seu artigo 26, obrigatoriedade de uma base nacional comum, devendo ser completada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, levando-se em consideração as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Essa base comum nacional, no dizer de Cury (1998).

[...] refere-se ao conjunto de conteúdos mínimos, das Áreas de Conhecimentos articulados aos aspectos da vida Cidadã. Por ser a dimensão obrigatória dos currículos nacionais – certamente âmbito privilegiado da avaliação nacional do rendimento escolar – a Base Nacional Comum deve preponderar substancialmente sobre a dimensão diversificada. (CURY, 1998, p.64)

Assim, faz-se necessário, ressaltar que nesse sentido as instituições escolares, amplia e possibilita a autonomia baseada nas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos grupos sociais por ela atendidos, uma complementação da base comum nacional com uma seleção curricular de caráter diversificado, garantindo, assim, o empoderamento da escola nas questões curriculares, estimulando cada vez mais esses espaços a reverem/elaborarem seus projetos e pressupostos nele anunciados. Para tanto, o estabelecimento de mecanismos de orientação, acompanhamento e a avaliação das experiências e propostas curriculares elaboradas pelas escolas, são de fundamental importância.

2.4 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

Ao se tentar traçar o perfil do ensino existente no município de Itaituba, deparou-se com uma série de obstáculos, devido a precariedade do sistema de registro estatístico, resultado da escassez de dados e do reduzido grau de fidedignidade das informações disponíveis.

Por conseguinte, os dados que se tem disponíveis não permitiram uma análise aprofundada do setor educacional de Itaituba, mas serviram para formar uma ideia geral da rede escolar, em que posição os mesmos estão concentrados, quase que, exclusivamente, no número de escolas, população escolarizável, matrículas, docentes e discentes.

O município de Itaituba, devido as suas características peculiares de cidade de médio porte, experimentou ao longo das últimas décadas, um expressivo crescimento populacional, criando uma defasagem entre a velocidade do crescimento da população em idade escolar e as possibilidades de atendimento da crescente demanda pelos serviços educacionais. Toda via, é bem possível que, no período 1989/1995, em razão do declínio populacional do município, e do aumento de mais de 50% do total da oferta de vagas escolares, tenha havido um aumento de cobertura escolar, contribuindo para uma redução significativa do déficit escolar. (PARÁ-SEMED, 1996)

Com base nas informações obtidas recentemente, pode-se dizer que na década de 1995, as taxas de atendimento escolar já apresentavam uma redução no nível de pré-escola, alfabetização e ensino fundamental, e nível médio. Somente uma parcela de aproximadamente 17% da população em idade escolar, na faixa de 5 a 6 anos de idade, foi absorvida pelas escolas do pré-escolar e alfabetização, enquanto que para os jovens na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade, a taxa de atendimento do ensino fundamental (1º grau) foi de 62%, no ensino médio (2º grau), somente 15% da população escolar, conseguiu matrícula nas escolas de Itaituba. Segundo a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC (1965), esta realidade do ensino médio é atribuída, ao reduzido investimento direcionado ao desenvolvimento deste nível, dado que a medida adotada naqueles últimos anos priorizou a universalização do Ensino Fundamental.

A rede escolar do município de Itaituba, em 1995, era tomada por 187 unidades escolar, sendo 56 localizadas na zona urbana, e 131 na zona rural, ou seja, representava 34,3% do total das escolas implantadas na microrregião de Itaituba. Observa-se que é expressiva a concentração de escolas na zona rural, talvez devido à frequência de escolas com apenas uma sala de aula. Os dados das unidades de ensino estão registrados na tabela abaixo.

TABELA 1-Número de estabelecimentos escolares em atividades, no Município de Itaituba nos anos de 1989/1995. Fonte: Seduc: Diagnóstico Educacional do Pará. 1989/1995. Belém 1996.

Especificação	1989			1995		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Município de Itaituba	174	27	147	187	56	131
MRH	322	35	287	545	83	462
Estado do Pará	10.477	1.366	9.111	13.159	2.549	10.610

É válido considerar que as unidades escolares de Itaituba no período de 1989/1995, mesmo que só tenham registrado um crescimento de 7,5%, ainda assim, conseguiram aumentar as matrículas em 51%. Observando um contingente de alunos que passou de 21.918 para 33.047 alunos, em consequência do incremento de 331% nas matrículas iniciais do pré-escolar, 22% nas matrículas do ensino fundamental e 298% nas do 2º grau. Apesar do esforço das autoridades locais, responsáveis pelo setor de educação, para aumentar a taxa de escolarização, ainda não conseguiram atingir esse objetivo, uma vez que o setor continua a apresentar déficit escolar de mais de 14%.

Contudo, Itaituba está entre os dez municípios paraenses com maior concentração de matrículas no ensino fundamental e no ensino médio. Quanto ao ensino fundamental, esses 10 municípios juntos apresentam 95% do total das matrículas do Estado enquanto ao ensino médio, Itaituba com mais 9 municípios representam 74% do total estadual, sozinho contudo representa 2% do Estado. (PARÁ-SEMED, 1996)

Na década de 90, quando a população de Itaituba experimenta um declínio em função da diminuição da taxa do crescimento vegetativo, (ocasionada pela queda da taxa de natalidade), e do retrocesso do movimento migratório no município, a população urbana continua ultrapassando a rural em 53%, passando de 20.980 habitantes em 1980 para 62.186 em 1991, fato que vem ocorrendo desde 1980. A variação deste crescimento populacional veio refletir intensamente, na vida do município e, em especial, no setor educacional pois, à medida em que aumentava a população, maior era a pressão por mais vagas nas escolas.

Como a tendência da evolução da população de Itaituba é diminuir o seu ritmo de crescimento, as autoridades responsáveis pelo ensino de Itaituba esperam que a pressão sobre o setor educacional também reduza de intensidade.

TABELA 2- Matrículas iniciais por graus de ensino e localização- Município de Itaituba 1989/1995. Fonte: Seduc. Diagnóstico Educacional do Pará 1989/1995. Belém,1996.

Especificação	Pré-Escolar		Ens. Fundamental		Ensino Médio	
	1989	1995	1989	1995	1989	1995
Município de Itaituba	1.461	6.301	19.817	24.202	640	2.544
MRH	1.865	8.914	27.234	43.258	714	3.066
Estado do Pará	90.818	297.000	1.042.786	1.351.128	93.830	160.272

As informações sobre as matrículas iniciais estão contidas na tabela acima, onde revela-se que na época existiam 73% das matrículas de 1995, eram do ensino fundamental, 19% do pré-escolar e 8% do ensino médio. Mostra também que, 78,9% dessas matrículas, concentravam-se na zona urbana, com 70% dos alunos matriculados no ensino fundamental, 20% dos alunos no pré-escolar e 10% dos alunos do ensino médio ou ainda, estavam concentrados na zona urbana 82% dos alunos d pré-escolar, 76% dos alunos do ensino fundamental e todos os alunos do ensino médio. É importante ressaltar, que no ano da pesquisa em 1996, não foi encontrado registros do nível de ensino da área rural. Esses dados, juntamente com os da microrregião e do Pará estão exibidos na Tabela 2.

A seguir apresenta-se a distribuição da matrícula inicial por rede de ensino em 1995.

TABELA 3-Matrícula inicial por nível de ensino-Município de Itaituba 1995. Fonte: Seduc. Diagnóstico Educacional do Pará 1989/1995. Belém,1996.

Especificação	Pré-escolar			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Total	Z. Urb.	Z. Rural	Total	Z. Urb.	Z. Rural	Total	Z. Urb.	Z. Rural
Município de Itaituba	6.301	5.183	1.118	24.202	18.332	5.870	2.544	2.544	
MRH	8.914	6.438	2.476	43.258	24.538	18.720	3.066	2.965	101
Estado do Pará	297.00	185.458	111.542	135.128	916.456	434.672	160.272	157.946	2.326

Quanto à distribuição da matrícula inicial por rede de ensino em 1995, verifica-se que no caso do ensino da pré-escola a rede estadual oferta mais vagas (2.481 matrículas) que a rede municipal (2.470) e a particular (1.350). No ensino fundamental, as vagas nas 3 redes de ensino foram distribuídas obedecendo a seguinte ordenação estadual (14.736 alunos matriculados) municipal (6.873

matriculados) e particular (2.593 matriculados). No ensino médio, a rede estadual distribuiu 2.544 vagas, todas concentradas na cidade.

Na época da pesquisa no início da sua atual administração, a rede municipal de educação estava constituída por 20% de professores com níveis de 3º grau e só atuavam na rede municipal.

Na década de 1996, a Secretaria Municipal de Educação, SEMED, contava em seu quadro, cerca de 900 funcionários dos quais, 400 eram professores, além de ter em seu registro, aproximadamente, 20 mil alunos do 1º grau (do pré-escolar a 8ª série) e 1.500 do 2º grau, abrangendo tanto a área urbana quanto a rural.

O supletivo era um dos cursos bastante procurado pela população, oferecendo um ensino de boa qualidade, pois todos os professores ligados ao curso, eram da Seduc, com qualificação em magistério, 2º grau em Contabilidade, Ciências Biológicas em licenciatura plena e curta. Desenvolvia-se tanto na área urbana, quanto na rural das redes estadual e municipal. A idade mínima dos alunos era de 15 anos, embora, ainda que fugindo à regra, era possível encontrar alunos com 45 anos e mais, cujas vagas ofertadas somente no curso noturno. (PARÁ-SEMED, 1996).

Foi implantado no município, o Projeto Gavião, executado pela UFPA em parceria com a Prefeitura, com o objetivo de formar, a nível de 1º e 2º graus, professores da zona rural, que não podiam estudar no local de origem, em período normal. No caso, os cursos eram executados por etapas em períodos eventuais das férias julho, janeiro, fevereiro e início de março. A SEMD, tinha 350 alunos matriculados no Projeto Gavião, dos quais, 147 eram da zona rural. O critério para estudar no Gavião era ter completado a 4ª série do 1º grau. Os professores desse Projeto eram indicados pelo município e os cursos eram ministrados na Escola Estadual do 2º Grau “Benedito Corrêa de Souza”.

O segundo grau, funcionava somente na sede do município, e em 3 colégios, totalizavam perto de 2 mil alunos e está voltado para as áreas das Ciências Humanas, Exatas, Biológicas, Técnico em Contabilidade, Magistério, Administração de Empresa e Agropecuária. Na esfera Municipal a nível de 2º grau, só haviam o curso de Magistério, os demais eram todos da esfera estadual. De acordo com as informações obtidas, o município não oferecia outros cursos por que não haver pessoas capacitadas para ministração de cursos avançados. A escola com maior número de alunos (aproximadamente 3.000) na época era a Escola Estadual de 1º e

2º grau “Antônio Gonzaga Barros” que funcionava em regime de convênio, em 4 turnos, pois tinha um gerador próprio que gerava a energia.

Em Miritituba, funcionava uma das melhores escolas de Itaituba no que se referia ao corpo técnico, quase todos os professores tinham o 2º grau completo, em exceção de três que estavam cursando o Ensino Superior nas áreas de Letras, História e Filosofia.

Funcionava na cidade de Itaituba, na Escola Estadual “Maria do Socorro Jacob”, localizada num trecho num trecho da Transamazônica, o 1º curso profissionalizante da região. Tratava-se do Curso Técnico em Agropecuária, autorizado pela Seduc desde 1995, onde estão matriculados mais de 200 alunos em 5 turmas, 1 no vespertino e 4 no noturno, tinha a duração de 3 anos com mais 1 ano para o estágio obrigatório. Seus professores eram todos da região.

Em agosto de 1997, seria iniciado o preparatório do vestibular, totalmente subsidiado pela prefeitura de Itaituba. Eram mais de 700 alunos que estavam matriculados na 3ª série do 2º grau e que teriam aulas paralelas, mas, em horário oposto ao da sua série.

Sabe-se que há muitos problemas que precisam de soluções. A maioria das escolas não disponibilizavam de infra- estrutura básica como: água potável, energia elétrica e material de ensino. Como o alunado aumentou, faltam também carteiras escolares. O transporte, urbano era outra situação que atrapalhava o desenvolvimento do ensino em Itaituba. Para minimizar este problema, a Prefeitura colocou a disposição de professores e alunos, uma embarcação para transportá-los até Miritituba. Saía às 18:00 horas, aguardava o término das aulas. Para retornar às 22:30. O calendário escolar também precisava se adequar a realidade do lugar, principalmente para os alunos da zona rural (área de várzea, garimpo, etc.). Neste caso, as aulas seriam suspensas para o aluno/produtor ir trabalhar no campo e só deveriam ser reiniciadas com o seu regresso. (PARÁ-SEMED, 1996)

Para amenizar o índice do analfabetismo no município a Prefeitura Municipal, através da SEMED, implantou o projeto de alfabetização “Educação para Adultos”, constituído por 15 turmas, distribuídas nas diversas escolas da zona rural e da periferia da cidade. O distrito de Miritituba era o pioneiro na execução desses cursos.

Outro sério problema era o da evasão escolar, e ocorria tanto na zona urbana quanto na zona rural. Dentre as causas estavam incluídas desde a falta de

infraestrutura básica (água, luz, transporte, prédios inadequados), passando pela repetência e calendário escolar inadequado, até um forte processo de relatividade da população residente e flutuante da região. Em 1994, o índice de abandono era maior entre os alunos do ensino médio, 23,2%, contra 16,2% dos alunos do ensino fundamental, ficando abaixo da média estadual que era de 25,2%.

A Prefeitura Municipal de Itaituba começou a tomar algumas providências para amenizar a situação começou levantar todos os dados das escolas desde os mais insignificantes aos mais relevantes. No que se referia aos prédios escolares, a Prefeitura estava tentando o reflorestamento no retorno dos mesmos para amenizar o calor no seu interior. Estavam em andamento algumas reformas nas diversas escolas necessitadas e por fim, havia a implantação de projetos adequados à realidade itaitubense.

A evasão estava presente mais entre os alunos da 1ª e 5ª séries. No caso dos alunos da 1ª série, a maioria não possuía curso preparatório (jardim I e II, Alfabetização) e mesmo assim eram logo colocados na 1ª série, sem saber ler e escrever. Neste caso, o aluno desaparecia da escola, por falta de estímulo ou então, se tornava um caso de repetência. Por outro lado idêntico, problema ocorria nas séries mais adiantadas. Por não haver trabalho de recuperação com os alunos que apresentam dificuldades no aprendizado durante as quatro séries, não conseguiam acompanhar o novo ritmo que era exibido na 5ª série, abandonando a escola. (PARÁ-SEMED, 1996)

Havia ainda o fato de que na zona rural os alunos frequentavam salas multisseriadas, ou seja, um professor para atender em uma única sala todas as quatro séries. A explicação dada para este procedimento era a de que o município como não tinha condições de formar uma turma com um número mínimo de alunos, por exemplo 5 ou 9, pois o custo é muito elevado para uma prefeitura carente de recursos, para tentar minimizar o prejuízo, a solução encontrada foi a da sala multisseriada, evitando assim que o aluno ficasse sem aula.

Em 1996, o índice de evasão escolar está assim relacionado na zona urbana, 9,6% para o 1º grau e 21,85% para o 2º grau, na zona rural, 15,80%.

No tocante à taxa de aprovação com 64,6% para o ensino fundamental e 58,1% para o ensino médio, Itaituba não estava incluída entre os 13 municípios que tiveram as melhores taxas de aprovação (superior a 70%) cuja a média estadual ficou com 61,8% (SEDUC.1996). Quanto ao índice de reprovação, Itaituba registrou

19% tanto para o ensino fundamental, quanto para o ensino médio, ficando de fora da relação dos 4 municípios que apresentaram os maiores índices de reprovação, mais ficou entre os 22 municípios que registraram índices de reprovação além da média do Estado que foi de 13%.

Atualmente a educação no município de Itaituba encontra-se mais desenvolvida, e com isso diminuição da evasão escolar tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Confira nas tabelas a seguir os dados comparativos dos índices dos resultados dos iniciais.

Tabela 04: Resultado dos Anos Iniciais 2013 a 2017. Fonte: SEMED Itaituba, 2021

ANOS	2013	2014	2015	2016
%APROVAÇÃO	81%	79%	80%	88%
%REPROVAÇÃO	16%	16%	16%	9%
%ABANDONO	4%	5%	4%	3%

Tabela 05: Resultado dos Anos Iniciais 2017 a 2020. Fonte: SEMED Itaituba, 2021

ANOS	2017	2018	2019	2020
%APROVAÇÃO	86%	86%	84%	86%
%REPROVAÇÃO	11%	12%	13%	7%
%ABANDONO	3%	2%	1%	7%

Tabela 06: Resultado dos Anos Finais 2013 a 2016. Fonte: SEMED Itaituba, 2021

ANOS	2013	2014	2015	2016
%APROVAÇÃO	61%	53%	58%	57%
%REPROVAÇÃO	4%	7%	8%	8%
%ABANDONO	7%	9%	7%	7%
%APROV.C/DEPE	15%	14%	15%	13%
%EMDEPENDENCIAS	13%	17%	12%	15%

Tabela 07: Resultado dos Anos Finais 2017 a 2020. Fonte: SEMED Itaituba, 2021

ANOS	2017	2018	2019	2020
%APROVAÇÃO	64%	63%	66%	71%
%REPROVAÇÃO	6%	5%	3%	4%
%ABANDONO	6%	7%	5%	14%
%APROV.C/DEPE	11%	13%	12%	6%
%EM DEPENDENCIA	12%	10%	15%	5%

Tabela 08: Resultado da EJA 2013 a 2016. Fonte: SEMED Itaituba, 2021

ANOS	2013	2014	2015	2016
%APROVAÇÃO	36%	29%	30%	30%
%REPROVAÇÃO	3%	6%	5%	8%
%ABANDONO	49%	51%	50%	51%
%APROV.C/DEPE	3%	3%	4%	3%
%EM DEPENDENCIA	8%	10%	10%	8%

Tabela 09: Resultado da EJA 2017 a 2020. Fonte: SEMED Itaituba, 2021

ANOS	2017	2018	2019	2020
%APROVAÇÃO	37%	36%	36%	31%
%REPROVAÇÃO	6%	17%	13%	14%
%ABANDONO	44%	33%	38%	48%
%APROV.C/DEPE	4%	7%	6%	2%
%EM DEPENDENCIA	11%	7%	8%	4%

O município atualmente tem o total de 123 escolas, essa quantidade envolve 37 escolas na zona urbana e 86 na zona rural. Confira esse resultado na tabela abaixo.

Tabela 10: Quadro de demonstrativo do número de escolas da rede municipal de ensino/2019. Fonte: SEMED Itaituba, 2020

Nº DE ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL URBANA	Nº DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL RURAL
25	75
Nº DE CENTRO INFANTIL URBANO	Nº DE CENTRO INFANTIL RURAL
10	02
Nº DE ESCOLA INDIGENAS	Nº DE ESCOLA INDIGENAS
02	09
TOTAL 37	TOTAL 86
GERAL 123	

Esses dados atualizados sobre a educação, que estão sendo citados nesse trabalho, foram fornecidos recentemente pela SEMED, Secretaria Municipal de Educação, que são eles: Os resultados dos anos iniciais, quadro demonstrativo do número de escolas tanto na zona urbana quanto na zona rural e o censo escolar.

Veja no quadro abaixo os dados atualizados do censo escolar do município de Itaituba, da zona urbana e zona rural.

Tabela 11: Censo Escolar 2012 a 2019. Fonte: SEMED Itaituba, 2020

Série/Modalidade	ANOS							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Creche Integral	0	0	0	0	284	255	392	247
Pré Escolar Integral	0	0	0	0	426	452	382	408
Creche Parcial	1.090	1.090	985	1.012	960	1.020	1.378	1.364
Pré Escolar Parcial	3.156	3.156	3.096	3.157	2.713	2.808	2.906	3.313
Fundamental Inicial Urbana	7.837	6.465	5.501	4.966	5.491	5.036	5.951	6.640
Fundamental Inicial Rural	3.258	3.241	3.063	2.305	2.706	2.592	2.593	2.784
Fundamental Final Urbana	6.247	5.573	4.740	4.136	3.967	3.687	3.875	4.263
Fundamental Final Rural	2.138	2.112	1.690	1.069	1.483	1.458	1.629	1.737
Educação Tempo Integral	0	2.147	3.704	4.985	3.619	4.460	3.346	2.142
Educação Especial	473	438	380	420	488	465	582	437
AEE-Educ. Especial	0	277	277	294	354	371	409	614
EJA-Ed. Jovens e Adultos	3.760	3.760	3.373	2.681	2.513	2.433	2.402	2.128
Educ. Indígena/Quilombola	73	50	105	67	62	78	155	241
Total	28.032	28.309	26.637	25.092	25.066	25.115	26.000	26.118

Tabela 12: Censo Escolar Zona Rural-2012 Aa2019. Fonte: SEMED Itaituba, 2020

CENSO RURAL	6.233	6.138	6.213	6.227	5.396	5.353	4.753	3.374	4.189	4.050	4.521
--------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

A Secretaria Municipal de Educação de Itaituba foi fundada em 1977, ainda como Coordenadoria Municipal de Educação, na gestão do Prefeito Municipal Altamiro Raimundo da Silva. Teve como primeira coordenadora a religiosa e educadora Heloisa da Costa Bahia (1977 a 1980).

Em 1989 passou a ser Secretaria, na gestão de Benigno Olazar Reges, mas foi legalmente reconhecida em 1991 pelo Decreto Lei Nº 1119/91. Teve como primeira secretária a professora Maria do Socorro Moraes das Neves (gestão de 1989 a 1992).

Entende-se que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) é o órgão central do Sistema Municipal de Educação, responsável pela política municipal de educação cabendo-lhe, dentre outras atribuições regimentais:

I- Elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Educação, com a participação dos órgãos municipais de educação, das comunidades envolvidas e das entidades representativas da educação formal e não formal, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo e pelo Conselho Municipal de Educação e em consonância com o Plano Nacional de Educação;

II- Elaborar, em coordenação com os órgãos municipais competentes, a proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos inerentes aos sistemas de responsabilidade da SEMED, constantes do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Município;

III- Elaborar normas e instruções relacionadas com as atividades educacionais e o funcionamento das escolas municipais, nos níveis fundamental e de educação infantil, respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação aplicável, em harmonia com as normas de procedimentos federais e estaduais, bem como relacionados aos programas de erradicação do analfabetismo e de apoio aos portadores de deficiência;

IV- Conduzir a política de gestão dos profissionais do magistério como política pública e o planejamento da rede física dos equipamentos da educação, de acordo com a previsão de demanda;

V- Planejar, de forma coordenada com o Estado a acomodação e oferta da demanda escolar de educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, do ensino fundamental;

VI- Ofertar outros níveis de ensino, desde que atendidas plenamente às necessidades de sua área de competência;

VII- Prestar atendimento específico aos alunos portadores de necessidades especiais.

VIII- Atender os alunos da educação infantil e do ensino fundamental, matriculados na rede municipal, com programas suplementares de alimentação e material didático escolar;

IX- Ofertar cursos de qualificação profissional aos alunos matriculados na rede municipal;

X- Ofertar programas de ações culturais vinculados ao currículo escolar;

XI- Criar condições para a realização de pesquisas e estudos tecnológicos e definir diretrizes pedagógicas e sociais e padrões de qualidade para o Sistema Municipal de Ensino;

XII- Planejar, controlar e avaliar o Sistema Municipal de Ensino e a matrícula escolar;

XIII- Administrar o Sistema de Creches e Pré-Escolas para crianças de zero a seis anos e estabelecer padrões de qualidade para o atendimento;

XIV- Dar apoio técnico e administrativo aos órgãos colegiados vinculados à SEMED;

XV- Gerir os recursos destinados à educação, através do FUNDEB, tendo como referencia a Política Municipal de Educação e os Planos Nacional e Municipal de Educação;

XVI- Estabelecer controles e promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000, que dispõe sobre a responsabilidade da gestão fiscal;

XVII- Estabelecer as diretrizes básicas para adequação na metodologia para a promoção de ações preventivas e educativas sobre drogas psicoativas lícitas e ilícitas, bem como sobre as doenças sexualmente transmissíveis na rede pública municipal de ensino, em parceria com os órgãos competentes;

XVIII- Controlar e avaliar os relatórios e documentos referentes às ações do inciso anterior, elaborados pelas escolas municipais e encaminhados a SEMED, realimentando novas estratégias e diretrizes de ação; e

XIX- Supervisionar e controlar as atividades e programas de modernização e desenvolvimento tecnológico de âmbito municipal, bem como a expansão do ensino universitário no Município.

A mesma tem como atual Secretário o Sr. Amilton Teixeira Pinho.

Ao considerar os dados apresentados e o levantamento do contexto educacional de Itaituba, no que se refere ao atendimento escolar público, observamos que houve muitos avanços, entre eles, a evolução na oferta de vagas nas escolas municipais bem como a elevação do IDEB no município e o compromisso da gestão em melhorar a qualidade da educação, no entanto, a educação ainda é muito desafiadora e precisa continuar melhorando.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CREPURIZÃO, MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA: RELATOS E VIVÊNCIAS DE PROFISSIONAIS E COMUNITÁRIOS.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Iêda Maria Gomes Barbalho, situada na Avenida Gleison José da Costa, bairro Vale do Jenipapo Municipalidade no Distrito de Crepurizão, neste Município de Itaituba-Pa. CEP:68.192-000. A comunidade é localizada as margens do Rio Crepuri, a mesma possui uma população de aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos habitantes, região garimpeira).

A referida escola é de médio porte e foi fundada na administração do Exmº Prefeito Municipal Silvio Macedo, em 01 de abril de 1989 e iniciou-se suas atividades com 756 alunos e 22 funcionários, tendo sido a 1ª professora responsável a Srª Conceição Francisca Soares Silva.

Em suas modalidades de ensino atende o Ensino Fundamental e a EJA-Educação de Jovens e Adultos.

De 1989 a 1996 teve como professora responsável a professora Conceição Francisca Soares Silva.

De 1997 à 2000 teve como diretora a professora Maria Aurenny Sousa Caliope.

Em 2001 a 2004 teve como diretora a professora Iêda Maria Gomes Barbalho.

Em 2005 a 2008 direcionou a escola a professora Diva Fornari.

Em 2009 e 2010 esteve na direção a professora Núbia de Jesus Sousa Oliveira.

Em 2011 e 2012 teve como diretor o professor Anderson Paulo França Onetta.

De fevereiro a junho de 2013 esteve como professor responsável o professor Emivaldo Gomes Alves.

Em 2013 a 2016 teve como diretora a professora Kássia Patrícia Santos Salomão.

Em 2017 direcionou a escola a professora Hellen Ribeiro Campos Gomes.

Em 2018 teve como diretora a professora Núbia de Jesus Sousa Oliveira Maia.

Em 2019 a 2021, dias atuais está na direção da escola o professor Emivaldo Gomes Alves.

Até no ano de 2007 a escola funcionou com o nome de Ucholândia, passando a ser chamada no ano de 2008 “Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Iêda Maria Gomes Barbalho devido a homenagem prestada a professora falecida em 2007.

No dia 16 de fevereiro de 2009 na administração do Exº Prefeito Roselito Soares o prédio próprio da escola foi totalmente construído.

O novo prédio da referida escola possui 09 (nove) salas de aula, sala de auditório de informática, 03 (três banheiros masculino, três banheiros feminino, 01 (um) banheiro para pessoas portadoras de necessidades especiais, bebedouro com higienização adequada, refeitório, 01 (uma) sala para os professores que também funciona como biblioteca e sala de recursos, secretaria, diretoria e um depósito de merenda.

Atualmente, no ano de 2021, a escola está sob a direção do professor Emivaldo Gomes Alves formado em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Quanto ao quadro administrativo a referida escola possui uma secretaria Suely Miranda da Costa e duas auxiliar administrativo Hélia Menezes da Silva, Simone Elias Silva, 15 professores, 468 alunos, 02 vigias, 03 merendeiras que atende nos três turnos manhã, tarde e noite, 04 auxiliares de serviços gerais.

3.2 METODOLOGIA

O presente estudo tem como método usado o processo de investigação que possibilita o desenvolvimento e a construção desse trabalho. Refere-se a uma pesquisa bibliográfica, através de artigos, livros e revistas onde foram feitos levantamentos históricos sobre o tema. Portanto, é um estudo qualitativo que compreendi os fatos ocorridos durante os períodos de transformações da educação brasileira nas décadas anteriores, e com isso os desafios enfrentados pelos pedagogos no processo ensino-aprendizagem mediante essas reformas.

Foi desenvolvida também uma pesquisa de campo com técnica de coleta de dados, utilizando questionários com perguntas abertas para os comunitários e professores da escola pesquisada.

Pois, ao analisar e buscar sobre o desenvolvimento da educação através de investigações entende que o professor está sempre enfrentando desafios em seu trabalho, esse estudo me proporcionou um esclarecimento e me deu oportunidade de melhorias em meu desempenho na área educacional, acredito que através de pesquisas em campo e das leituras, faz com que obtemos mais conhecimentos para desenvolver um ensino de qualidade.

3.3 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

A pesquisa desse trabalho foi feita no Distrito de Cripurizão na Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e na comunidade, onde foram entrevistadas 7 pessoas, 3 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, na pesquisa estão inclusos professores, ex-professores e comunitários. Alguns têm formação em Pedagogia, Pedagogia/Matemática, Magistério/Psicologia, outros concluíram o Ensino Fundamental e alguns o Ensino Médio.

QUADRO 01: Perfil dos entrevistados. FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

	CARGO	IDADE	SEXO	FORMAÇÃO
01	PROFESSORA	59	Feminino	Pedagogia Matemática
02	PROFESSOR	47	Masculino	Magistério Psicólogo
03	PROFESSORA	46	Feminino	Pedagogia
04	PROFESSORA	45	Feminino	Pedagogia
05	COMUNITÁRIO	55	Feminino	Ensino Médio
06	COMUNITARIO	67	Masculino	Ensino Fundamental
07	COMUNITARIO	63	Masculino	Médio Técnico

De acordo com as informações obtidas durante a entrevista, observou-se que as pessoas que foram entrevistadas têm idade entre 45 e 67 anos de idade.

Foi perguntado ainda aos entrevistados: **Há quanto tempo você mora no Distrito de Cripurizão?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 02: Há quanto tempo você mora no Distrito de Cripurizão? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	Mora no Distrito de Cripurizão a 32 anos
PROFESSOR	Mora no Distrito de Cripurizão a 25 anos
PROFESSORA	Mora no Distrito de Cripurizão a 24 anos
PROFESSORA	Mora no Distrito de Cripurizão a 24 anos
COMUNITÁRIO	Mora no Distrito de Cripurizão a 35 anos
COMUNITARIO	Mora no Distrito de Cripurizão a 32 anos
COMUNITARIO	Mora no Distrito de Cripurizão a 35 anos

Segundo os dados coletados, percebe-se que todas essas pessoas que foram entrevistadas já moram a muito tempo na comunidade. Porém, os professores e comunitários chegaram na comunidade ainda jovem para trabalhar, alguns na educação. Porém, mesmo aqueles que não trabalham na educação mais residem na comunidade colaboram de alguma forma com o ensino.

A partir da análise feita na entrevista, pode-se observar que essas pessoas já moram a bastante tempo na comunidade, construíram seus lares e famílias, portanto trabalham e residem no Distrito em média de 24 a 35 anos.

Foi perguntado ainda aos entrevistados: **Quais os pioneiros da educação no Distrito de Cripurizão?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 03: Quais os pioneiros da educação no Distrito de Cripurizão? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	Conceição Francisca, Mara, Francileide, Terezinha e Cláudio
PROFESSOR	Conceição, Josicléia, Rodrigues, Sandra Miranda, Diniz e Iêda
PROFESSORA	Professora Conceição e professora Mirtes
PROFESSORA	Professora Conceição e professora Mirtes
COMUNITÁRIO	Conceição, Diva Fornari, Núbia e Terezinha
COMUNITARIO	Mara, Conceição, Francileide e Terezinha
COMUNITARIO	Conceição, Núbia, Diva e Terezinha

Diante dos dados coletados, foram constatados que algumas dessas pessoas ainda estão exercendo a profissão de professores na atual escola, outros não estão morando mais na comunidade, também tem aqueles não trabalham mais na área da educação, mas continuam morando na comunidade e dão apoio a escola quando necessário.

Com base no resultado da análise feita com alguns professores e comunitários, foi constatado que alguns dos professores citados não estão mais trabalhando na área da educação, outros ainda continuam trabalhando na escola como professora. Dessa forma podemos dizer que: a professora Diva Fornari já está

aposentada e não trabalha mais na educação, a professora Conceição Francisca é a única professora de matemática de sexto ao nono ano, ela trabalha na escola desde o início da educação, as outras demais professoras são pedagogas e trabalham com turmas de 1º ao 5º ano.

Foi perguntado: **Comente sobre a primeira escola construída no Distrito de Cripurizão?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 04: Comente sobre a primeira escola construída no Distrito de Cripurizão? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	A escola começou muito precária e com ajuda da comunidade.
PROFESSOR	Funcionava em uma casa de madeira, não tinha poço, energia e nem merenda.
PROFESSORA	No início havia uma pequena escola com uma professora que ministrava as aulas.
PROFESSORA	Era uma pequena escola construída de madeira, com poucos funcionários e pouca infra -estrutura. Atualmente neste local está construído o posto de saúde da comunidade.
COMUNITÁRIO	Era uma escola simples de madeira, precária e na maioria das vezes os professores pediam a ajudar da comunidade pra continuar funcionando.
COMUNITARIO	Era uma escola pequena de madeira, adequada com a ajuda da comunidade.
COMUNITARIO	A primeira escola era uma casa de madeira que foi alugada na 2ª rua e adaptada.

Segundo as informações obtidas, conclui-se que a educação do Distrito de Cripurizão, teve muitas dificuldades em seu desenvolvimento, a primeira escola construída não tinha uma boa estrutura e isso veio a atrapalhar o desenvolvimento do ensino na comunidade.

De acordo com as informações obtidas, foi possível observar que, a primeira escola da comunidade de Cripurizão, era de madeira, funcionava de forma precária, não haviam água “potável”, energia, e nem merenda, tinha somente uma professora que ministrava as aulas. A escola funcionava com a ajuda da comunidade que cooperava com mantimentos para a preparação de merenda para os alunos.

Foi perguntado ainda aos entrevistados: **Destaque as principais mudanças ocorridas na primeira escola construída no Distrito de Cripurizão?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 05: Destaque as principais mudanças ocorridas na primeira escola construída no Distrito de Cripurizão? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	Uma das principais mudanças, foi a construção da escola Iêda Maria Gomes Barbalho, adequada a um ensino de qualidade.
PROFESSOR	Uma das principais mudanças ocorrida na primeira foi a construção de um pavilhão com gerador de energia elétrica duas salas de aulas e cozinha.
PROFESSORA	A fundação da escola atual com infraestrutura adequada, com poço, merenda, energia elétrica e internet e apoio da prefeitura municipal de Itatuba juntamente com a SEMED.
PROFESSORA	A construção da nova escola com estrutura adequada, onde os alunos podem ter acesso a uma educação de forma planejada.
COMUNITÁRIO	Foi a construção da atual escola com boa estrutura,
COMUNITARIO	A principal mudança, foi a construção da atual escola, com estrutura adequada com banheiros, salas de aulas, cozinha e professores formados no Ensino Superior para atender aos alunos de forma adequada oferecendo uma educação de qualidade.
COMUNITARIO	A construção da atual escola, adequada para o ensino, onde os alunos puderam ter uma educação de qualidade.

Segundo a pesquisa feita com os professores e comunitários, percebe-se que uma das principais mudanças que ocorreu foi a construção de uma escola com boa infraestrutura que possibilitou a melhoria da educação no Distrito de Cripurizão.

Com base nas informações coletadas, pode-se afirmar que a primeira escola do Distrito de Cripurizão, era uma pequena construção de madeira que funcionava de forma precária sem estrutura adequada para o ensino dos alunos daquela comunidade. Portanto, afirmam-se que mesmo sem condições os professores e comunitários lutaram para ter uma escola com estrutura adequada para a educação.

Foi perguntado: **Que mudanças ocorreram na educação no Distrito de Cripurizão desde a fundação da primeira escola?**

QUADRO 06: Que mudanças ocorreram na educação no Distrito de Cripurizão desde a fundação da primeira escola? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	Houveram muitas mudanças na educação, assim como a construção de uma escola de grande porte com estrutura adequada, com o apoio da SEMED, e da comunidade para uma educação de qualidade.
PROFESSOR	Programas do Governo Federal, professores formados em cursos superior, e apoio constante da SEMED, em prol do desenvolvimento da educação na comunidade.
PROFESSORA	Professores formados em cursos superiores, uma escola com estrutura adequada para o ensino.
PROFESSORA	A construção de uma escola com estrutura adequada para um ensino de qualidade.
COMUNITÁRIO	Escola com estrutura adequada para o ensino, professores formados no ensino superior.
COMUNITARIO	Ocorreram muitas mudanças no desenvolvimento da educação na comunidade, uma delas foi a formação dos professores no ensino superior.
COMUNITARIO	A construção de uma escola com estrutura adequada para o ensino, e a construção de um Centro Infantil.

Considerando os dados da pesquisa, podemos entender que a educação no Distrito de Cripurizão, teve um grande avanço com o passar dos anos, algumas delas foram; a construção de uma escola de grande porte e também a construção de um Centro Infantil com estrutura adequada para um ensino de qualidade na comunidade. Outras mudanças importantes que houveram foi a formação de professores no ensino superior e o apoio da SEMED, juntamente com a prefeitura municipal de Itaituba.

Levando em consideração, as informações obtidas durante a pesquisa, entende-se que houveram várias mudanças em prol da melhoria da educação na comunidade de Cripurizão, algumas delas foram a construção de uma escola adequada, programas do governo federal, professores com formações no ensino superior, apoio constante da SEMED, juntamente com a prefeitura e a comunidade.

Foi perguntado ainda aos entrevistados: **De que forma a SEMED contribui para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão, tendo em visto a distância e o difícil acesso à sede do município?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 07: De que forma a SEMED contribui para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão, tendo em visto a distância e o difícil acesso à sede do município? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	A SEMED, contribui com livros, merenda, material permanente e apoio com cursos de formação continuada na educação.
PROFESSOR	A partir da construção da escola atual dentro do padrão do MEC, e com a melhoria das estradas a SEMED, teve a facilidade de ajudar na educação do Distrito de Cripurizão.
PROFESSORA	Com as mudanças que desenvolvidas na educação, uma delas foi o cesso ao programa do governo federal o PDDE, que veio a ajudar bastante a escola com esse benefício.
PROFESSORA	Diante do desenvolvimento da educação, houve também o pagamento dos professores em dias e a merenda escolar é enviada periodicamente à escola.
COMUNITÁRIO	A SEMED, tem contribuído bastante no desenvolvimento da educação na comunidade, incentivando na formação dos professores da própria comunidade.
COMUNITARIO	A SEMED, contribui com livros, merenda escolar e cursos de formação continuada para os professores.
COMUNITARIO	A secretaria de educação, vem contribuindo com a merenda escolar e incentivando a formação dos professores da comunidade.

A partir das informações, entende-se que mesmo com difícil acesso a comunidade por causa das estradas ruins, a Secretaria Municipal de Educação procura sempre a ajudar no desenvolvimento do ensino, pois a mesma dá apoio com

livros, materiais permanentes, merenda escolar e cursos de formação continuada para os professores da comunidade. A Prefeitura Municipal de Itaituba também tem feito a sua parte principalmente pagando o salário dos professores em dia.

Conforme as informações, citadas pode-se dizer a SEMED, juntamente com a Prefeitura Municipal e o Governo Federal vem ajudando a comunidade no desenvolvimento da educação, incluindo programas como o PDDE, a merenda escolar, livros, materiais permanentes, cursos de formação continuada para os professores. A Secretaria Municipal de Educação também tem dado incentivo na formação do ensino superior dos professores da comunidade.

Foi perguntado: **De que forma a comunidade coopera para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 08: De que forma a comunidade coopera para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	A comunidade está sempre ajudando a escola, principalmente nos eventos que são promovidos para recardar fundos para cobrir algumas despesas da mesma.
PROFESSOR	A comunidade sempre ajuda dando apoio aos projetos e eventos que a escola promove.
PROFESSORA	A comunidade vem cooperando nos projetos e nos eventos desenvolvidos pela a escola.
PROFESSORA	A comunidade vem dando apoio, a escola nos eventos e projetos promovidos pela mesma.
COMUNITÁRIO	A liderança local sempre apoia a escola no desenvolvimento de projetos e eventos promovidos pela mesma.
COMUNITARIO	A comunidade sempre ajuda a escola, dando apoio nos eventos desenvolvidos.
COMUNITARIO	A comunidade sempre que necessário tem dado apoio a escola, principalmente no desenvolvimento de projetos e eventos que a mesma promove.

Com intuito de melhorar a educação do local, a comunidade vem dando apoio a escola nos projetos e eventos desenvolvidos, para recardar fundos pra ajudar em algumas despesas da mesma, pois por ser uma escola de grande porte nem sempre o que a prefeitura manda é o suficiente para mantê-la.

Levando em conta as informações coletadas, observa-se que, a comunidade vem sempre ajudando no que necessário para o desenvolvimento da educação local. Sempre que a escola promove projetos e eventos, a comunidade dá apoio preciso a mesma.

Foi perguntado ainda: **Comente sobre a formação dos primeiros professores a lecionarem no Distrito de Cripurizão?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 09: Comente sobre a formação dos primeiros professores a lecionarem no Distrito de Cripurizão? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	Os primeiros professores não tinham graduação e alguns tinham somente o projeto gavião.
PROFESSOR	Alguns professores tinham concluído o ensino médio outros ainda estavam cursando o ensino médio.
PROFESSORA	A maioria só tinha o ensino médio completo outros ainda se encontravam cursando o ensino médio.
PROFESSORA	Na época não havia nem um professor formado no ensino superior, quase todos ainda estavam cursando o ensino médio.
COMUNITÁRIO	Os professores no início não tinham a oportunidade de cursar uma graduação, por tanto a maioria tinha concluído somente o ensino médio.
COMUNITARIO	A maioria dos professores na época só tinham o magistério e o projeto gavião.
COMUNITARIO	Os professores que iniciaram lecionando na comunidade, não tinham nem uma graduação, a maioria tinha somente o magistério e o projeto gavião.

Conforme as informações coletadas, a maioria dos professores que lecionavam na escola do Distrito de Cripurizão, tinham somente o Magistério e o Projeto Gavião, por tanto quase todos ainda se encontravam cursando o ensino médio.

Segundo os resultados da análise dos dados, entende-se que no início da educação no Distrito de Cripurizão, os professores não eram formados no ensino superior, porém então tinham alguns com Magistério e o Projeto Gavião e a maioria ainda se encontravam cursando o ensino médio.

Foi perguntado ainda aos entrevistados: **Quais os projetos que a escola desenvolve no Distrito de Cripurizão que mais chamam a atenção da comunidade?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 10: Quais os projetos que a escola desenvolve no Distrito de Cripurizão que mais chamam a atenção da comunidade? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	O desfile de 7 de setembro, a festa junina e a noite cultural.
PROFESSOR	Projeto da horta da escola, a festa junina e o desfile de 7 de setembro.
PROFESSORA	A horta da escola, a mais educação e as datas comemorativas como as festas juninas e desfile de 7 de setembro.
PROFESSORA	Um dos projetos que mais chamou a atenção da comunidade foi o projeto da coleta seletiva do lixo.
COMUNITÁRIO	Todos os projetos desenvolvidos na comunidade têm chamado a atenção

	dos moradores, mas o que mais envolve a comunidade é o desfile de 7 de setembro.
COMUNITARIO	Os projetos das datas comemorativas sempre chamam a atenção da comunidade principalmente as festas juninas e o desfile de 7 de setembro.
COMUNITARIO	O desfile de 7 de setembro e o dia das mães são projetos que chamam muito a atenção da comunidade.

Diante das informações contidas, pode se confirmar que todos os projetos desenvolvidos pela escola chamam a atenção da comunidade, mas os que mais chamam a atenção, são as datas comemorativas como; o desfile de 7 de setembro, as festas juninas, dia das mães e também os projetos da Coleta Seletiva do Lixo, a Horta da escola e o Mais Educação.

De acordo com os resultados das análises dos dados coletados, percebe-se que os todos os projetos desenvolvidos pela a escola são importantes, mas os que mais chamam a atenção da comunidade são as datas comemorativas como o desfile de 7 de setembro, as festas juninas, dia das mães e os projetos da Horta da escola, o Mais Educação e a Coleta Seletiva do Lixo.

Foi perguntado ainda: **A educação no Distrito de Cripurizão tem se desenvolvido de forma satisfatória? Comente?** O quadro a seguir apresentam os resultados obtidos.

QUADRO 11: A educação no Distrito de Cripurizão tem se desenvolvido de forma satisfatória? Comente? FONTE: Professores da Escola Iêda Maria Gomes Barbalho e comunitários (2021)

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
PROFESSORA	Sim, pois todos os professores atualmente tem graduação em algum curso superior.
PROFESSOR	A educação tem se desenvolvido de forma satisfatória, principalmente, porque os professores buscaram fazer cursos superior.
PROFESSORA	Com certeza a educação na comunidade tem se desenvolvido de forma satisfatória, os professores estão sempre buscando fazer cursos complementares para trabalhar melhor com seus alunos.
PROFESSORA	Sim, a maioria dos professores tem a formação completa no ensino superior de acordo com as disciplinas, a internet também tem contribuído bastante na educação dos alunos, principalmente diante da pandemia.
COMUNITÁRIO	Sim, na escola além dos professores formados no ensino superior, a escola também tem o anexo do SOME, que funciona com o ensino médio que dá a oportunidade de os alunos concluírem o ensino médio sem sair da comunidade.
COMUNITARIO	Com certeza, porque com os professores formados no ensino superior, os mesmos podem trabalhar com os alunos de forma correta, e assim desenvolve melhor a educação na comunidade.
COMUNITARIO	Sim, com os professores graduados no ensino superior, ficam mais capacitados a desenvolver do ensino de forma correta.

A educação no Distrito de Cripurizão, tem se desenvolvido de forma satisfatória, mediante a formação dos professores no ensino superior, sendo assim

os mesmos ficaram mais capacitados a trabalhar de forma correta com seus alunos. Também o SOME, vem sendo muito importância no desenvolvimento da educação na comunidade, pois o mesmo colabora com a conclusão dos alunos no ensino médio.

Diante das informações coletadas, a educação do Distrito de Cripurizão, tem se desenvolvido de forma satisfatória, principalmente após a formação dos professores no ensino superior. O projeto SOME, também tem sido de suma importância na formação dos alunos que saem do ensino fundamental pra cursar o ensino médio.

CONCLUSÃO

Este trabalho possibilitou entender o início e atualidade da educação no Distrito de Cripurizão, para que chegássemos a entender as mudanças no contexto histórico de acordo com os tempos passados e atuais.

A educação no Distrito de Cripurizão, era um desafio, por conta da distância e das estradas ruins, principalmente nos períodos chuvosos. Diante desse contexto, a escola da comunidade era precária sem estrutura adequada para o ensino, a secretaria municipal de educação de Itaituba ainda com dificuldades procurava ajudar com livros, merenda e alguns materiais permanentes.

Desde o início a educação no Distrito de Cripurizão sempre teve, seus desafios voltados ao ensino básico, os educadores procuravam, de todas as maneiras melhorar o ensino de forma satisfatória, buscando um método pedagógico de forma organizada.

Portanto identificou-se que as principais análises desse trabalho, foi verificar os principais desafios voltados a educação do Distrito de Cripurizão, um deles foram a falta de apoio da prefeitura que a comunidade não tinha na época da construção da primeira escola.

Diante disso, observa-se que no início todos os professores não tinham formação adequada, pois a maioria ainda se encontravam cursando o ensino médio, os demais só tinham o magistério e o projeto gavião, mesmo assim procuravam fazer um trabalho de forma satisfatória.

Outro problema que os professores enfrentavam, além de trabalharem em uma escola sem nem uma infraestrutura, era o pagamento atrasado que a prefeitura municipal de Itaituba só fazia o pagamento desses funcionários depois do prazo. Porém então, mas isso nunca impediu esses profissionais a desistirem do trabalho, a comunidade apoia no for necessário todas às vezes a escola solicita ajuda.

De acordo com o resultado dessa pesquisa, constata-se que esse trabalho é contínuo, pois além dessa monografia, ainda pode haver outros estudos voltados a esse contexto histórico em relação a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Brasil no Século XX: o desafio da educação. In: **História da Educação**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

AZANHA, José Mário Pires. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. São Paulo: Pioneira, 1998.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 6.ed. ver. e ampl. Brasília, Ed. UnB, 1997.

BARBOSA, R. **A Reforma do ensino primário – 1883**. Rio de Janeiro: MEC. Paulo, Edusp/Saraiva, 1978.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 10 de junho. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. **Diário Oficial da União**, Brasília, junho de 2020, Seção 11, p. 14. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 05 de julho. 2021.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto aprovado na Comissão de Educação e Cultura e Desporto da Câmara dos Desporto da Câmara dos Deputados. São Paulo: Cortez: 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 23 mar. 2017

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. <https://meuartigo.brasilecola.Uol.com.br>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=dowload&alias=32131_educacao-dhdiretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de junho de 2010, seção 1, p. 10. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb007_10.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. A prova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL, **Lei nº 4024/1961, de 20 de dezembro de 1961**- Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – **Portal MEC: “LDB completa 20 anos e continua atual”** – Estudos Legislativos (Senado Federal): 10 anos da LDB – MEC: as 20 metas do PNE.

CARVALHO, M.M.C. de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985.

_____. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez. (1987).

CURY, C.R.J. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. **Presença Pedagógica**, v.4 n 20, mar/abr.1998.

FERREIRA, O.L. **História do Brasil**. São Paulo: Ática. 1996

FLORESTA, NÍSIA. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Cortez/Brasília: Inep,1989.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. 2ª ed. Ver. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério, 2º grau. Série formação do professor).

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. (1987)

HORN, Rita Helena Pochmann. **A Educação básica pós- LDB/ Eurides Brito da Silva organizadora**. - - São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar políticas, estrutura e organização** – 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção Docência em Formação/coordenação Antônio Joaquim Severiano, Selma Garrido Pimenta)

MARIOTTO Haidar, M. de L. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo/Edusp,1972.

MARTINS, Paulo Sena e PINTO, José Marcelino de Rezende. **Como seria o financiamento de um Sistema Nacional de Educação na perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba: NuPE/ UFPR, nº 14, jul./ dez.2013, p.3-16.

MENEZESES, João Gualberto de Carvalho [et al]. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. Leituras.2 ed. São Paulo: Pioneira,2002.

OLIVEIRA, D.. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D.& ROSAR, M.F.F. (org.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica,2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **A Educação no Pará: Documentário**. Belém, SEDUC,1987.

PARÁ. 12ª URE/SEDUC; SEMED/Secretaria Municipal de Educação de Itaituba,1996.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará.** Promulgada em 5 de outubro de 1989. Publicada em encarte do “Diário Oficial” de 6 de outubro de 1989. Publicada no “Diário Oficial” de 27 de outubro de 1989.

PARÁ. SEMED. **Secretaria Municipal de Educação de Itaituba.** 17 de julho de 2021.

PEV. **Programa de Educação Voluntária-** As relações escola-família-comunidade na **LDB.** <<http://fundacaotelefonicaativo.org.br>> 30.11.2016

PINO, I. “**Estados, sociedade e educação: questões sobre o reordenamento da educação brasileira**”, texto não publicado apresentado no I Congresso Nacional de Educação, Belo Horizonte, julho. 1996

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação.** 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____ **História da Educação no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

RAMOS, G. São Bernardo. Rio de Janeiro: Record. 1979

RODRIGUES, Neidson. **Lições do Príncipe e outras lições.** 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, C.B. dos. **Educação escolar brasileira.** São Paulo: Pioneira. 1999

SAVIANI, D.. **Escola e Democracia.** São Paulo: Cortez. 1995

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação:** por uma outra política educacional. Campinas: Autores associados, 1998.

SEVERINO, A.J. **Educação, Ideologia e Contra- Ideologia.** São Paulo: EPU. 1996

SOUZA, H.. **Revoluções da minha geração.** São Paulo: Moderna 1996

STEPHANOU, Maria CAMARA BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis, Vozes. v. III: Séculos XVI – XVIII, 2004; v. II: Século XIX; e v. III: Século XX, 2005.

TREVISAN, L. **A República Velha.** São Paulo: Global 1982

APÊNDICES.



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Itaituba - FAI, intitulado "HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO DE CREPURIZÃO, MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA: RELATOS E VIVÊNCIAS DE PROFISSIONAIS E COMUNITÁRIOS." sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

2. QUESTIONÁRIO SOBRE O TEMA:

2.1 Há quanto tempo você mora no Distrito de Cripurizão?

2.2 Quais os pioneiros da educação no Distrito de Cripurizão?

2.3 Comente sobre a primeira escola construída no Distrito de Cripurizão?

2.4 Destaque as principais mudanças ocorridas na primeira escola construída no Distrito de Cripurizão?

2.5 Que mudanças ocorreram na educação no Distrito de Cripurizão desde a fundação da primeira escola?

2.6 De que forma a SEMED contribui para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão, tendo em visto a distancia e o difícil acesso à sede do município?

2.7 De que forma a comunidade coopera para o desenvolvimento da educação no Distrito de Cripurizão?

2.8 Comente sobre a formação dos primeiros professores a lecionaram no Distrito de Cripurizão?

2.9 Quais os projetos que a escola desenvolve no Distrito de Cripurizão que mais chamam a atenção da comunidade?

2.10 A educação no Distrito de Cripurizão tem se desenvolvido de forma satisfatória? Comente?



Construção da Escola Ieda Maria Gomes Barbalho (1989)



Desfile de 7 de setembro (2004)



Dia da raça (2019)



Escola Ieda Maria Gomes Barbalho (2021)